



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE LETRAS, ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO**

JOICE BATISTA DA SILVA

**SENSACIONALISMO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA TV: UMA
ANÁLISE DO JORNALISMO POLICIAL NO AMAPÁ**

Macapá-AP

2018

JOICE BATISTA DA SILVA

**SENSACIONALISMO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE
DO JORNALISMO POLICIAL NO AMAPÁ**

Monografia de Conclusão apresentada ao Curso
Comunicação Social: Habilitação em Jornalismo,
como requisito final para a obtenção do grau de
Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Roberta Scheibe.

Macapá-AP

2018

JOICE BATISTA DA SILVA

**SENSACIONALISMO E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: UMA ANÁLISE
DO JORNALISMO POLICIAL NO AMAPÁ**

Monografia de Conclusão apresentada à Banca Examinadora como requisito final para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Federal do Amapá.

Aprovado em 28/09/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Roberta Scheibe (Orientadora)

Prof.^a Dra. Claudia Maria Arantes de Assis Saar

Prof. Msc. Jacks de Mello Andrade Junior

Macapá-AP

2018

Dedico este trabalho à minha mãe, Patricia Silva, que não mediu esforços durante meus 22 anos para me fazer chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus pela força me dada a cada dia, que me faz persistir de forma incansável nos meus sonhos.

Agradeço à minha família e amigos de fora da universidade que se alegraram com a minha entrada no ensino superior, assim como torceram por mim durante todo esse tempo.

De forma especial, agradeço à minha orientadora, professora Roberta Scheibe, por acreditar no meu projeto e me guiar até a conclusão desse importante trabalho. Obrigada pelas orientações, paciência, conselhos e “toques” que me acalmaram quando a pressão acadêmica se fazia presente, e me mostraram que há sempre um novo meio de abordar uma questão.

Agradeço à Universidade Federal do Amapá, ao colegiado e professores, além dos poucos amigos do curso de jornalismo, que me acompanharam durante esta graduação e me proporcionaram diversas experiências.

Agradeço de forma muito especial às amigas Alena, Anália, Jaqueline e Leandra, companheiras de todos os “altos e baixos” da vida acadêmica e que tornaram esse período melhor.

A todos que de forma direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, o meu muito obrigada

RESUMO

O jornalismo policial está presente no cotidiano dos brasileiros, contribuindo para a percepção de realidade e construção da opinião pública. Historicamente, os meios de comunicação percorreram o caminho que visa o lucro, encontrando diversos meios de alcançar esse objetivo, mesmo que para isso tivesse que abrir mão do cumprimento de normas sociais, respeito ao próximo e responsabilidade com a informação. Dada a influência do jornalismo policial na concepção da sociedade, optamos por colocar em pauta a conduta dos programas Pauta Livre e Balanço Geral, produções do formato mais populares no Amapá atualmente, através de análise e estudo comparativo e de conteúdo. Os resultados obtidos atenderam aos objetivos propostos, uma vez que identificou como esse formato se constitui localmente e como se dá a sua relação com a violência, o sensacionalismo e os Direitos Humanos.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo Policial; Violência; Sensacionalismo; Direitos Humanos.

ABSTRACT

Police journalism is present in the daily life of Brazilians, contributing to the perception of reality and construction of public opinion. Historically, the media have traveled the path to profit, finding ways to achieve this goal, even if it had to give up compliance with social norms, respect for others and responsibility for information. Given the influence of the format, we chose to put in charge the conduct of the programs Pauta Livre e Balanço Geral, productions of the most popular format in Amapá, through analysis and comparative study and content. The results obtained met the objectives proposed, since it identified how this format is constituted locally and how its relationship with violence, sensationalism and Human Rights is given.

Keywords: Communication; Journalism Police; Violence; Sensationalism; Human rights.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| Tabela 1: A estrutura dos programas..... | 69 |
| Tabela 2: Postura dos apresentadores..... | 70 |
| Tabela 3: A estrutura das matérias..... | 73 |
| Tabela 4: Características do som e imagem dos programas..... | 76 |
| Tabela 5: Tratamento da mídia para polícia e acusados..... | 80 |
| Tabela 6: A violência nos programas..... | 83 |
| Tabela 7: Violações dos Direitos Humanos..... | 85 |
| Tabela 8: Violações do Código de Ética dos Jornalistas..... | 87 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO 1 – O JORNALISMO POLICIAL E DIREITOS HUMANOS..... | 16 |
| 1.1 O Jornalismo..... | 16 |
| 1.2 O surgimento do Jornalismo Policial..... | 20 |
| 1.2.1 O formato..... | 24 |
| 1.3 Violação dos Direitos Humanos..... | 25 |
| 1.4 Ética e Deontologia no jornalismo..... | 29 |
| CAPÍTULO 2 – CULTURA E MÍDIA..... | 33 |
| 2.1 O que é cultura?..... | 33 |
| 2.1.1. O local da cultura..... | 37 |
| 2.1.2. A cultura da mídia..... | 40 |
| 2.1.3. Indústria Cultural..... | 42 |
| 2.1.4. A Televisão no Brasil: A maior influência..... | 45 |
| 2.2. A cultura do sensacionalismo..... | 48 |
| CAPÍTULO 3 – VIOLÊNCIA..... | 51 |
| 3.1. Definições de Violência..... | 51 |
| 3.2. Violência Difusa..... | 53 |
| 3.3 Violência Simbólica..... | 59 |
| 3.4. As formas de violência na mídia brasileira..... | 61 |
| CAPÍTULO 4 – BALANÇO GERAL E PAUTA LIVRE: PROPAGADORES DA VIOLÊNCIA, SENSACIONALISMO E DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS..... | 64 |
| 4.1. Metodologia..... | 64 |
| 4.2. Os objetos de Estudo..... | 65 |
| 4.2.1 Balanço Geral..... | 66 |
| 4.2.2 Pauta Livre..... | 67 |
| 4.3. Os programas. | 67 |

| | |
|--|-----------|
| 4.4. O Apresentador: A construção de credibilidade e autoridade..... | 69 |
| 4.5. O repórter e as matérias..... | 73 |
| 4.5.1. Uso de sons e imagens..... | 75 |
| 4.5.2. Os personagens..... | 78 |
| 4.5.2.1 A polícia e os acusados..... | 79 |
| 4.6. A violência..... | 82 |
| 4.7. A relação com os direitos humanos e códigos deontológicos do jornalismo..... | 85 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 93 |
| REFERÊNCIAS..... | 97 |

INTRODUÇÃO

A mídia como um todo, sempre exerceu grande influência na vida das pessoas, assim como alguns assuntos discutidos em sociedade costumam pautar os produtos midiáticos. O jornalismo, como parte dessa cadeia, tem papel fundamental nesse meio, pois a princípio, ele atua ou deveria atuar como um representante da sociedade dentro dos meios de comunicação. Mas, sabemos que as representações da realidade pautadas pelos produtos midiáticos são apresentadas após passar pelos filtros da produção jornalística. E, é nesse ponto que esta pesquisa quer adentrar.

O Brasil possui altos índices de violência, que todos os dias são retratados pela mídia por diversos meios. Um desses meios é o chamado jornalismo policial, que trata assuntos relacionados a crimes e violência de uma forma bem peculiar. Aliás, a violência é o principal trunfo desse tipo de programa que se tornou popular e muito criticado no país por divergir das produções jornalísticas tradicionais, que por sua vez prezam por assuntos que a princípio, interessam a população em geral, produzindo conteúdos com ar de seriedade e isenção, o que Anthony Giddens (1991) denomina de “sistema perito”. No jornalismo policial, as pautas são tratadas e exibidas com o intuito de chamar a atenção do leitor/ouvinte/telespectador, transformando um fato corriqueiro em pseudoacontecimento sensacionalista, que segundo Sousa (2006), são “acontecimentos provocados e fabricados com o objetivo de se tornarem objeto de discurso jornalístico, que são, obviamente, acontecimentos previsíveis” (p. 209). É o que conhecemos como sensacionalismo, tornar a notícia um espetáculo.

Segundo Agrimani (1995), o jornalismo policial teve início no século XX. Mas, no Brasil, a consagração do formato ocorreu nos anos 2000. Romão (2013) apontou três características básicas desse tipo de jornalismo: sensacionalismo, construção de credibilidade e visão de mundo apresentada no formato. Ao longo dessa pesquisa, iremos discorrer sobre esses e outros pontos, a fim de entender como esse processo ocorre no estado do Amapá.

O interesse em estudar o sensacionalismo, a espetacularização da notícia e a

violação dos Direitos Humanos nesse tipo de programa iniciaram ainda no primeiro semestre dessa graduação. Em um trabalho para a disciplina Língua Portuguesa e Redação Jornalística, tive meu primeiro contato com o assunto. Já no sétimo semestre, quando a ética no jornalismo foi aprofundada, pude perceber a conturbada relação do formato com grande parte dos Direitos Humanos previstos na declaração da ONU, com o código de ética dos jornalistas e os manuais da profissão. Dada a importância de se discutir o assunto, juntamente com minha inquietação particular em relação ao formato sensacionalista, decidi que esse seria o tema do meu projeto de Trabalho de Conclusão de Curso.

É perceptível o apelo popular dessas produções no estado do Amapá. Além da audiência, esses programas se destacam por reafirmar crenças e posições comuns à sua audiência. Crenças e posições que acabam desrespeitando e ferindo os direitos básicos das pessoas apresentadas ao longo dos programas. Em 2016, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) realizou uma pesquisa voltada ao gênero, o volume III da publicação "Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento" traz o resultado de uma análise de 28 programas de Rádio e TV das cinco regiões brasileiras. No levantamento, a ANDI constatou que foram 4.500 violações de direitos; 8.232 infrações às leis brasileiras; 7.529 infrações à legislação multilateral; e 1.962 desrespeitos às normas autorregulatórias, como o código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (VARJÃO, 2016, p. 18).

O número alto de violações também influencia na percepção de Direitos Humanos por parte da audiência desses programas. O que podemos perceber é que os discursos exibidos no formato são propagados pela massa, tais como as frases "bandido bom, é bandido morto" e "Direitos Humanos só servem para defender bandido!". Assim como o desvio de entendimento por parte de leis, esses programas também são responsáveis por alterar a percepção de realidade por meio da violência apresentada, por meio do excesso de produtos com esse conteúdo.

Por isso, esta pesquisa aborda como problema central a seguinte questão: Como o jornalismo policial se relaciona com a violência, o sensacionalismo e os Direitos Humanos? E propõe a seguinte hipótese: Essas violações decorrem do formato do programa, criado para chamar a atenção e fazer o que a mídia tradicional não faz. Essa escolha do quê e como mostrar se dá pela necessidade de manter a audiência, e assim gerar lucro. Como parte da Indústria Cultural, o jornalismo policial

é um produto a ser vendido, e com a utilização de recursos visuais, verbais e não verbais, o espetáculo criado pelos programas acaba por intensificar um cenário de violência na sociedade de que tratam, quando colocam a violência como resposta à mesma violência apresentada nesses programas.

O objetivo deste trabalho é compreender a forma de produção jornalística dos programas de jornalismo no Amapá e como esse formato se relaciona com o sensacionalismo e os Direitos Humanos. Além disso, busca-se abordar os conteúdos veiculados pelo formato, que acabam reforçando estereótipos, estigmas e preconceitos. Para isso, escolhemos programas exibidos na TV, onde o sensacionalismo é mais utilizado. O critério de seleção foi a igualdade no horário em que os dois programas são exibidos, no “horário do almoço”, semelhança que é um ponto positivo para a comparação. Para a análise, escolhemos três edições dos programas Balanço Geral (exibido de segunda a sábado pela TV Equinócio, afiliada da Rede Record, entre 12h e 14h15) e Pauta Livre (exibido de segunda a sexta pela TV Tarumã, afiliada da Rede Brasil, entre 11h e 12h30min).

Ambos os programas seguem o padrão nacional de jornalismo policial, com a figura do apresentador que não apenas media a informação, mas também comenta, propõe, discute e faz além, chega a dançar e brincar como se estivesse na sua residência entre amigos; o cenário simples com apenas um púlpito, permitindo o tráfego do apresentador enquanto o mesmo faz longos discursos em cima dos fatos apresentados na matéria; e a exibição e repetição de cenas contendo brigas, discussões, abordagens policiais, prisões, linchamentos, assassinatos e tantas outras cenas que são colocadas à mostra, apresentadas como conteúdo jornalístico e de relevância social. Essas características que fazem um programa jornalístico se aproximar de formatos humorísticos e irreverentes, são caracterizadas como infotainment ou infoentertainment, a junção entre informação e entretenimento. Segundo Gutmann, Santos e Gomes (2008), o entretenimento é utilizado no jornalismo como estratégia para a captura de audiência.

Tais programas sempre são polêmicos em suas edições. As periferias e seus moradores, já marginalizados pela sociedade, tem essa imagem reforçada na mídia. Os principais afetados nesse sentido são moradores de áreas alagadas e bairros com altos índices de criminalidade.

Em todo tempo que questões relacionadas a essas áreas e pessoas são televisionadas, essas figuras são taxadas como criminosas, desumanas e como o maior mal da sociedade. Além disso, suas vidas são julgadas frente às câmeras e seus familiares são expostos como sendo responsáveis pela sua possível má índole. Vítimas, criminosos e testemunhas são de certa forma exploradas e usadas para que o assunto “renda” ao jornalismo policial.

Os apresentadores desses programas fazem um julgamento moral a cada assunto apresentado. Usando a premissa de mediador entre mídia e poder público, esses profissionais tomam para si uma autoridade inexistente no jornalismo e emitem suas opiniões, fazem cobranças de forma ameaçadora, colocam em descrédito as leis brasileiras e apontam causas e efeitos para problemas a partir do seu próprio ponto de vista.

O assunto principal desses programas é a violência, que também é apontada como solução, na maioria das vezes de forma implícita. Todos esses fatores resultam em violações de direitos e descumprimento de códigos de conduta.

A relação dos programas Balanço Geral, Cidade Alerta e Pauta Livre com os Direitos Humanos é de descumprimento. Esse descumprimento decorre do formato sensacionalista dos programas, que se utiliza de seus recursos e violam os direitos básicos dos envolvidos em crimes violentos no Amapá. A falta de leis mais severas e de falhas no ensino e no mercado de trabalho comunicacional ajuda na permanência dessas violações na televisão brasileira até os dias atuais.

Tendo em vista que o jornalismo policial é presente na sociedade, e como detentor da informação possui um papel de extrema importância na construção da opinião pública e na percepção de realidade; considerando também que esse tipo de estudo é pouco abordado e questionado no estado, nos propomos a estudar o formato, os elementos que o compõe, assim como o contexto em que se encontra.

Para se chegar ao objetivo maior, elencamos três objetivos específicos, que tentaremos alcançar ao longo deste trabalho. Assim, iremos caracterizar a atuação dos programas de jornalismo policial no Amapá; identificar como os diversos elementos de uma mesma informação são tratados pelos programas e como são apresentados à sociedade; e identificar como a violência é pautada e como estigmas sociais são reforçados através das produções.

Tendo ciência da delimitação dessa pesquisa, escolhemos três principais

pontos para abordar, os quais estarão divididos em capítulos. No primeiro, trataremos o jornalismo policial; no segundo, abordaremos a cultura do sensacionalismo e a Indústria Cultural; e no terceiro capítulo trataremos a violência. Ainda temos um quarto capítulo que abrange a análise dos objetos de estudo.

No primeiro capítulo, abordaremos o jornalismo policial desde seu surgimento no Brasil e no mundo, apontando suas características e seus principais produtos dentro da mídia brasileira. A figura do apresentador, do repórter, a narrativa dos programas e das matérias veiculadas também foram abordados na primeira parte do trabalho, assim como os Direitos Humanos e os códigos deontológicos da atividade jornalística. Como parte do embasamento teórico, para nos ajudar a compreender os princípios que regem a Comunicação e o jornalismo policial em seu contexto histórico, utilizaremos os seguintes autores: Angrimani Sobrinho, Nilson Lage, Zygmund Bauman, Guy Debord, Frank Mott, Wilson da Silva Gomes, Marco Antônio Carvalho Natalino, Guilherme Jorge Rezende, Davi Manblona Marques, José Alberto Júnior, entre outros.

Como a proposta também contempla os aspectos culturais que envolvem o formato, no segundo capítulo aprofundaremos o conceito e as implicações do significado de cultura na sociedade e na mídia, onde a Indústria Cultural está inserida. Um desses aspectos culturais aponta para a história da televisão no Brasil, como meio de comunicação mais massivo e influente até os dias atuais. Também abordaremos a cultura do sensacionalismo, artifício utilizado pelos programas de jornalismo policial. Traremos sua história, suas características e sua relação com a comunicação. Para isso, faremos uso das obras de Zygmund Bauman, Erving Goffman, Leonardo Damasceno de Sá, Adorno e Horkheimer, Robert E. Park, Roy Wagner, Homi K. Bhabha, Martin Buber.

No terceiro capítulo, tratamos exclusivamente da violência, seus tipos e manifestações em diversos meios, além de contextualizar esse artefato inerente ao jornalismo policial. Discorreremos sobre a violência sob as obras de Munis Sodré, Tavares dos Santos, Veena Das, César Barreira, Nilo Odália, Rubem Oliven, Gilberto Velho, entre outros importantes autores, são autoridades no assunto. Neste capítulo, também fizemos uso de dados divulgados por órgãos públicos, que trazem um panorama da violência no país nos últimos anos.

Por fim, no quarto e último capítulo dessa monografia, realizamos a análise

das três edições dos programas Balanço Geral e Pauta Livre. Para melhor compreender o jornalismo em âmbito local, pontuamos os aspectos do programa, observando as implicações de elementos ditos jornalísticos. Desconstruindo e analisando os programas, este capítulo alia teoria e prática para produzir conhecimento. Pontuamos também os recursos visuais e sonoros do formato, procurando identificar como e quando esses elementos são inseridos na produção, a fim de entender como é e como se sustenta o jornalismo policial no estado do Amapá.

Para a investigação da problemática já identificada, utilizamos a pesquisa bibliográfica, que para Gil (in GERHARDT; SILVEIRA 2009), esse tipo de pesquisa precisa “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (p. 37). Para estudar o uso da linguagem/narrativa sensacionalista e a violação dos Direitos Humanos nos programas de jornalismo policial do Amapá, fizemos a abordagem qualitativa, que segundo Córdova e Silveira (in GERHARDT; SILVEIRA (orgs.), 2009), preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (p. 31).

No capítulo de análise, faremos uma análise de conteúdo, descrita por Fonseca Júnior (in DUARTE, 2005) como “um método das ciências humanas e sociais destinado à investigação simbólica por meio de várias técnicas de pesquisa” (p. 280). Logo, nesta parte da monografia foram analisados o discurso, a imagem, e todos os elementos que constituem o programa de Jornalismo Policial. Também utilizamos o método comparativo, através da definição de Odília Fachin (2005), que trata a pesquisa como uma forma de analisar dados concretos para investigações de caráter direto. Esse e os demais métodos darão suporte para a análise e interpretação na última parte desse trabalho.

Sendo assim, este estudo pretende colaborar e compor parte do mundo teórico da Comunicação no Amapá, contribuindo para a reflexão da cadeia produtiva do jornalismo policial, assim como ajudando a despertar os olhares sobre os desvios de conduta dentro da profissão jornalística.

1. JORNALISMO POLICIAL E DIREITOS HUMANOS

Os programas de jornalismo policial ganharam mais força no Brasil entre o fim do século XX e o início do século XXI. Esse tipo de programa surgiu e se mantém da necessidade de audiência, a qual gera lucro. O modo de informar quase que totalmente oposto aos produtos jornalísticos tradicionais e os exageros sempre chamaram atenção para o formato, seja positiva ou negativamente.

Essa primeira parte do trabalho tem como objetivo apresentar e contextualizar os pontos ditos acima, para que haja uma melhor compreensão e um embasamento teórico para a análise a qual essa monografia se dispõe. A seguir, apresentamos um histórico e uma vasta teoria sobre a atividade jornalística e o jornalismo policial, apresentando também o contexto cultural e social desses surgimentos. Além disso, trataremos da relação entre mídia, Direitos Humanos e códigos deontológicos. Iremos discorrer também sobre essa conturbada relação e o papel exercido por cada componente do formato, apontando ainda suas características e contribuições para a criação do espetáculo na mídia brasileira.

1.1. O Jornalismo

Antes de discorrer sobre a atividade jornalística, o jornalismo policial e a ética da profissão, temos que entender o que é jornalismo. Para Ré (2013), todas as definições estabelecidas por teóricos da Comunicação convergem na ideia de que a profissão é uma ferramenta essencial da sociedade para transmitir e receber a informação.

Assim, podemos entender que o jornalismo “é uma atividade informativa, realizada periodicamente e difundida pelos meios de comunicação, num compromisso de natureza social e com finalidade pública” (COELHO et al, 2015, p. 16).

Usaremos também aqui o conceito difundido por Juarez Bahia, que nos traz o sentido de jornalismo cidadão, afirmando que é “da natureza do jornalismo levar a comunidade, direta ou indiretamente, a participar da vida social”. Nesse sentido, o autor define como jornalismo: “apurar, reunir, selecionar e difundir notícias, ideias, acontecimentos e informações com veracidade exatidão, clareza e rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação” (BAHIA, 2009, p. 7).

O jornalismo surgiu no início do século XVII. Até então, o modelo que se tinha de texto informativo era a técnica de escrita utilizada para exaltar o Estado ou a fé (LAGE, 2001). Além disso, houve influência de grandes figuras literárias europeias como Camões, Cervantes, Quevedo, Shakespeare, Milton e outros.

A circulação dos primeiros jornais foi registrada a partir de 1609, circulando em grandes centros comerciais e atendendo o desejo da burguesia, a quem era ligado. A aristocracia também começou a difundir suas ideias através de jornais algumas décadas depois. Durante esse período, somente funcionários públicos, comerciantes e seus auxiliares tinham acesso à leitura desses informativos. Foi por esse motivo, do acesso restrito à informação que os jornalistas ficaram conhecidos como publicistas.

Por muitas décadas, o jornalista foi essencialmente um publicista, de quem se esperavam orientações e interpretação política. Os jornais publicavam, então, fatos de interesse comercial e político, como chegada e partida de navios, tempestades, atos de pirataria, de guerra e ou revolução; mas isso era visto como atração secundária, já que o que importava mesmo era o *artigo de fundo*, geralmente *editorial*, isto é, escrito pelo editor- homem que fazia o jornal praticamente sozinho (LAGE, 2001, p. 10).

Um exemplo de publicismo no Brasil foi *Tribuna da Imprensa*, fundada por Carlos Lacerda, que escrevia os famosos artigos de opinião em suas edições. O jornalismo brasileiro publicista que em parte permanece até hoje se fundou pelo seguinte motivo: "as pessoas que detêm algum poder ou se estabelecem em áreas de influência social costumam sustentar uma visão publicística do jornalismo" (LAGE, p. 11).

A mudança no modelo de jornalismo veio com a Revolução Industrial, no século XIX. Com a mecanização, o mercado de trabalho passou a necessitar de administradores, técnicos e operários alfabetizados, ampliando assim o público leitor. Os jornais tiveram que multiplicar suas tiragens por cem ou mil para atender a nova demanda; para isso, também teve que mecanizar sua indústria. As mudanças ocorreram não só na parte estrutural, mas também no modo de produção da notícia.

O estilo das matérias teve de ser mudado, assim como novos assuntos foram integrados à lista de abordagens da imprensa, pois o jornalismo publicista já não cabia mais na nova realidade e não se sustentaria por muito tempo caso não houvesse mudanças.

Nesses jornais, as notícias deixam de se circunscrever ao mundo da política, da economia e da guerra, passando a abarcar temas mais frívolos, como assuntos de polícia e sociedade [...]. Os novos públicos conquistados para os jornais pela imprensa popular fizeram alargar o leque do noticiável a assuntos de interesse humano (SOUSA, 2006, p. 150).

Mesmo com a ampliação do público, os jornais já não conseguiam se manter somente com a venda das edições. Isso porque a mecanização elevou os custos de produção com o uso das máquinas. Na mesma época, nascia o mercado publicitário e o interesse da imprensa pelo setor econômico. Um precisava de espaço para anunciar e o outro de manter seus leitores.

Pereira Junior (2010) sustenta que até então, nenhum outro modo de sustentação dos veículos de comunicação havia sido posto em prática, e o modelo em vigor na época, se tornou insuficiente. Por isso, os jornais tiveram que se aliar à publicidade e se adequar para conseguir novos leitores e assim gerar lucro. “Os anúncios se tornam ferramentas decisivas. O esvaziamento da opinião no veículo, também” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 52).

Também nesse período, Lage (2001) caracterizou o jornalismo como educador e sensacionalista. A função educadora se dá porque em pouco tempo, muitas mudanças ocorreram na vida da sociedade após a Revolução Industrial. Desse modo, coube aos jornais a função de ajudar na compreensão dessas mudanças e das relações humanas. Por isso, os críticos passaram a ter tanta importância, fossem de literatura, teatro, moda ou outro setor.

Já a vertente sensacionalista se deu porque para cumprir a função educadora, os veículos de comunicação precisavam alcançar um bom público. Para isso, era preciso chamar a atenção, abordar os temas que envolvessem os leitores emocionalmente, para que lessem os jornais até o fim. E segundo informações de LAGE (2001), o ideal era a "literatura novelesca", que continha o romance para as mulheres, a aventura para os homens e o exótico para todo público.

A linguagem utilizada nos jornais também precisou ser modificada, pois a alfabetização e a leitura dos textos já não estavam restritas aos membros de classes dominantes e ao clero (MIRANDA, 2007). Por isso, escritores de folhetins e os jornalistas tiveram que mudar seu modo de escrever, e passaram a utilizar uma linguagem mais coloquial, mais próxima de como as pessoas falavam na época; e

acrescentar expressões de uso popular ou elementos espetaculares para emocionar e chamar a atenção do público. Foi então que os títulos, a estrutura do texto e o chamado furo jornalístico ganhou importância. Assim nasceu o que conhecemos hoje como sensacionalismo.

A estrutura de texto que conhecemos hoje no mundo do jornalismo surgiu entre o fim do século XIX e o início do século XX . A narrativa era baseada nos fatos mais importantes relatados pelas fontes, as informações mais relevantes constavam no primeiro parágrafo, o *lead*, respondendo às perguntas: O quê? Quem?, Quando?, Onde?, Como?, e Por que? (CLEMENTE, 2005, p. 6).

A definição de padrões para a apuração e a produção de notícias foram estabelecidas, assim como cursos superiores de jornalismo foram instituídos. O modelo de notícia que deveria ser seguido reproduzia as informações repassadas pelas fontes, testemunhas deveriam ter seus relatos confrontados com outros para se ter a melhor definição de realidade, a relação com as fontes deveria ser estritamente para a busca de dados, e que era necessário ouvir representantes de diferentes lados interessados no assunto a ser tratado (LAGE, 2001).

O desenvolvimento do jornalismo evidencia a credibilidade como condição da indústria. Para não afastar leitores, jornais tendem a atenuar posições, mascarar preferências, criar parâmetros equilibrados de julgamento, tornar-se confiáveis testemunhas dos fatos (PEREIRA JUNIOR, 2010, p. 53).

Ao longo da história, repórteres, jornais e veículos de comunicação foram se adequando ao surgimento de novas tecnologias e de mudanças históricas e sociológicas dos lugares em que se encontravam. O jornalismo também precisou se adequar às leis e normas sociais, mas ainda assim continua sujeito a desvios, seja porque a chamada “grande mídia” está sob o poder de conglomerados políticos e empresariais ou porque a legislação não é totalmente eficaz.

Desde então, surgiram discussões sobre a atividade e o texto jornalístico que envolvem entre outras coisas, objetividade, técnicas de apuração e de entrevistas, estrutura do texto, e etc. Ainda hoje essas discussões persistem no campo jurídico, acadêmico e social. Mas, tais questões não serão abordadas, pois não é objetivo dessa pesquisa tratá-las aqui.

1.2 O surgimento do Jornalismo Policial

Ao longo do tempo, o jornalismo foi se tornando segmentado, especializado, sendo subdividido em categorias como jornalismo esportivo, científico, investigativo, e tantos outros segmentos que agrupam características e público próprio. Cada forma jornalística decorre de um processo histórico, e é tida como um “sinal do aprimoramento de um processo que tem raízes na própria constituição da imprensa” (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 52).

Dentre as subdivisões está o jornalismo policial, responsável por tratar quase que exclusivamente pautas que envolvem crimes violentos. Ao longo da história, pesquisadores identificaram a principal característica apresentada pelo formato: o “sensacionalismo”, definido pelo Dicionário da Comunicação como:

Estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público. Esse exagero pode estar expresso no tema (no conteúdo), na forma do texto e na apresentação visual (diagramação) da notícia. O apelo ao sensacionalismo pode conter objetivos políticos (mobilizar a opinião pública para determinar atitudes ou pontos de vista) ou comerciais (aumentar a tiragem do jornal). [...] 2. Qualquer manifestação literária, artística etc., que explore sensações fortes, escândalos ou temas chocantes, para atrair a atenção do público (DICIONÁRIO DA COMUNICAÇÃO apud SPAGGIARI SOUZA, 2009, p. 6).

A definição de Frank Mott para o formato é de algo vulgar e desproporcional:

[...] produção discursiva sempre trágica, erótica, violenta, redemo-la, insólita, grotesca ou fantástica; especificidade discursiva de jornal empresarial capitalista, pertencente ao segmento popular da grande empresa industrial-urbana, em busca de consolidação econômica ao mercado jornalístico; escamoteamento da questão do popular, apesar do pretense engajamento com o universo social marginal; gramática discursiva fundamentada no desnivelamento sócio-econômico e sociocultural entre as classes hegemônicas e subalternas” (MOTT apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p.15).

A estratégia da mídia em pautar a violência de forma sensacionalista para atrair o público se iniciou na França, no século XIX, com o formato “sexo, sangue e

violência” (MARSHALL, 2003, p.75). Já o Jornalismo policial, teve início no século XX. Angrimani Sobrinho (1995) atribui a implantação desse gênero na imprensa aos editores Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst, com base em registros do final do século passado. “O fato é que o sensacionalismo parece ter se enraizado na imprensa desde seus primórdios” (ANGRIMINI SOBRINHO, 1995).

No Brasil, o jornalismo policial se tornou mais popular no meio televisivo, com programas como *Aqui Agora*, *Brasil Urgente*, *Linha Direta*. O formato que conhecemos hoje se consagrou no país entre o fim da década de 90 e o início dos anos 2000, quando o *Aqui Agora* perdeu sua popularidade e diversos outros programas semelhantes foram criados a fim de atrair o público "órfão". Além de render altos índices de audiência, o jornalismo policial também era atrativo para as emissoras, por exigir um custo menor que o jornalismo tradicional (ROMÃO, 2013).

A televisão é tida como um instrumento de diversão, entretenimento. Esse fator é aproveitado pelas emissoras de TV e seus empresários, que apostam cada vez mais no infotainment e no formato espetacular para expandir seus negócios. “Motivada por essa ideologia do entreter para conquistar maiores níveis de audiência e faturamento, a televisão privilegia a forma do espetáculo” (REZENDE, 2013).

Rezende (2013) também aponta que a forma do espetáculo prioriza a exibição do que é atraente ao público, sem considerar a relevância social do que está sendo reproduzido.

O formato espetacular, comum às emissoras de ficção e de realidade, representa a fórmula mágica capaz de magnetizar a atenção de um público tão diversificado. O espetáculo destina-se basicamente à contemplação, combinando, na produção jornalística, uma forma que privilegia o aproveitamento de imagens atraentes – muitas vezes desconsiderando o seu real valor jornalístico – com um conjunto de notícias constituído essencialmente de *fait divers* (REZENDE, 2013, p. 25).

O *fait divers* (fatos diversos) é uma expressão francesa, utilizada para designar notícias destacadas nos jornais apenas por se caracterizarem como um fato inusitado ou curioso. Ou seja, o fato pode não ser de interesse do público dos programas sensacionalistas, mas através da provocação dos desejos e sentimentos, ele acaba se tornando.

Auclair (1970) fala do *fait divers* como um instigador da curiosidade humana, ao despertar a fantasia através da exibição de raridades, espetáculos e até humor. “A intenção de produzir o efeito de sensacionalismo no *fait divers* visa atrair o leitor pelo olhar na manchete que anuncia um acontecimento produzido, jornalística ou discursivamente” (apud ANGRIMANI SOBRINHO, 1995). De acordo com o autor, essas estratégias tornam o produto mais atraente.

Além de usar, explorar e repetir por diversas vezes “imagens fortes” nos programas, o formato *policialesco* investe nos discursos moralistas como em uma conversa informal com os telespectadores. Para dar mais força às palavras, os repórteres e apresentadores usam técnicas de expressão facial, entonação de voz e outros meios.

A primazia do elemento visual requer a aplicação eficiente de recursos não-verbais para atrair e manter constante o nível de curiosidade do telespectador. Por essa razão, Baggaley e Duck asseguram que “sem o complemento de inflexões de voz, expressão facial, postura e todo um sistema de gestos e de senhas não-verbais, aperfeiçoado por gerações de prática, a lógica verbal imaculada de um pronunciamento não funciona (REZENDE, 2013, p. 40).

Segundo Angrimani (1995), a produção brasileira televisiva teve como base o modelo americano, e o que já era uma tendência para se obter audiência, foi levada ao extremo. Na televisão, um jornal policial não segue o modelo dos informativos mais tradicionais; nela, o repórter e o apresentador saem do papel de mediador da informação, da notícia, e passam a integrá-la, usando seus meios para provocar o telespectador.

Há necessidade de mostrar justamente o que o outro não mostra. O repórter tem que provocar emoção, precisa narrar a notícia em tom dramático. A edição não pode cortar a imagem da mãe que chora desesperada a morte de seu filho. Ao contrário, deve, de preferência, mostrar o cadáver, ou o sangue no chão (se a reportagem tiver chegado tarde). Quando o repórter do jornal de TV sensacionalista estiver entrevistando, por exemplo, um estuprador de menores, não pode igualmente optar pela objetividade e distanciamento. O ideal é assumir o papel de “superego” e ser bastante agressivo com o transgressor, usando o microfone, as imagens e as perguntas como um

chicote punitivo (esse exemplo se encaixa nas entrevistas que eram feitas pelo repórter Gil Gomes no telejornal "Aqui Agora")" (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 40).

Ao citar "superego", Angrimani Sobrinho se baseia na lógica freudiana, que tinha um ego como parte do inconsciente que possuía múltiplas funções conscientes. A introdução dos termos ego, superego e id, foi atribuída a Freud, que se utilizou da publicação de um ensaio em 1923 para caracterizar três instâncias da personalidade. Esse conceito tinha por finalidade estabelecer normas morais, que seriam "adquiridas" através do ego ainda durante a infância.

Segundo o autor, o superego pode ser usado por figuras autoritárias, ou que se utilizam da autoridade que lhes é atribuída como uma espécie de acessório, como descreveu Fenichel ao dar uma nova visão ao conceito freudiano. "As funções do superego podem ser reprojctadas com facilidade, isto é, deslocadas para figuras autoritárias de aparecimento recente" (apud. ANGRIMANI SOBRINHO, 1995). Ainda segundo Fenichel, existe a "personificação do id", exemplificado pelo autor como quando o público sente admiração pelo artista.

Esse conceito de "superego" e "personificação do id" se encaixa muito bem na área do jornalismo policial. A autoridade no caso seria a figura do apresentador e do repórter, que se aproveita da sua profissão para projetar uma credibilidade que ainda não era sua, uma autoridade para falar e disseminar ideias e opiniões que o jornalismo não possui. Esse comportamento pode ser observado nos programas de jornalismo policial, quando o apresentador discursa após a exibição de uma matéria sobre causas, efeitos e soluções de determinado fato.

Tanto no discurso do apresentador quanto na narrativa das matérias e do programa como um todo, a linguagem utilizada é a coloquial, que aproxima ainda mais do telespectador. O uso de gírias, ditos populares e dialetos regionalizados também estão presentes nas edições. Além disso, a entonação da voz dessas figuras varia de acordo com a intenção do apresentador ou repórter, da mensagem que estão querendo transmitir. Dessa forma, as emoções dos telespectadores são despertadas com intensidade, como se eles fizessem parte das histórias apresentadas nos programas ou tivessem poder para julgar e decidi-las.

Hamilton (2008) observa a postura do apresentador nos programas policiais que provocam emoções e desejos, o de justiça principalmente, e de certa forma os

satisfazem quando deixam de lado o papel de mediador da informação e se posicionam em diversos assuntos, emitindo opiniões do censo comum e propagando ideias populares. Dessa forma, os apresentadores desse formato tomam para si as angústias do público e tentam resolvê-los com um microfone na mão; tudo para manter a audiência.

Na televisão, faz do crime um espetáculo e da necessidade alheia, um programa comunitário. Suas estratégias principais de encenação são a cobrança por serviços públicos, a condenação dos criminosos e a personalização (HAMILTON, 2008, p. 8).

Outras características do formato são a superficialidade dos temas, que não permite ao telespectador a compreensão total e contextualizada dos fatos; a omissão de algumas informações de conhecimento público, mas que vão contra os princípios ideológicos sustentados pelos programas ou veículos de comunicação; o julgamento e a imposição de juízos de valor em cima dos acontecimentos, prática que influencia a percepção de realidade e a formação de opinião do público; suposições sem fundamentos, que consiste na especulação de possibilidades que não podem ser comprovadas; e etc.

Essas práticas nem sempre ocorrem pela vontade do profissional da comunicação, mas pela imposição do mercado de trabalho, que lucra mais de forma sensacionalista.

1.2.1. O formato

No jornalismo policial, uma espécie de padrão é seguido em âmbito nacional. Diversas características foram identificadas em estudos anteriores, como o de Davi Romão (2013), que dividiu o formato em três categorias principais: sensacionalismo, construção de credibilidade e visão de mundo no jornalismo policial.

O formato se difere do jornalismo tradicional desde a abertura. Ao iniciar, a vinheta de abertura pode conter o som de sirenes, tiros, gritos, músicas dramáticas ou sons marcantes que dão a sensação de seriedade. Nos primeiros momentos, o apresentador cumprimenta o telespectador, de forma íntima inclusive, citando nomes, mandando abraços e fazendo agradecimentos. Em seguida, há as

chamadas das matérias, onde o apresentador antecipa detalhes e imagens mais chocantes dos fatos, a fim de manter o telespectador na frente da TV.

Antes da exibição de cada reportagem, o âncora resume o assunto a ser tratado, expondo as suas possíveis causas. Tudo isso expondo suas emoções através da fala, fazendo uso também da ironia.

Nesses programas, as reportagens são sempre contadas como histórias onde há o “mocinho e o vilão”, o bem e o mal, sempre trazidas com uma narrativa dramática, com o reforço nas expressões orais e faciais para garantir a mensagem que se quer passar. Normalmente, as reportagens focam em um personagem e na versão dele para o fato; nem todos os envolvidos ou responsáveis pelo assunto tratado nas matérias são consultados.

As reportagens são sempre acompanhadas de músicas e vozes em tons que induzem as emoções do telespectador. Os personagens, suas falas e até sua vida são tratadas com exagero; exposição que coloca os prós e contras da pessoa e da situação de forma extrema.

O jornalismo policial é marcado pelo exagero nas imagens, nos discursos, na repetição dos fatos e na exposição dos personagens tratados nas produções. Por isso, não há um padrão para o tempo de sonoras, off's, reportagens e outras produções. O fato é explorado ao máximo em todos os sentidos. Nesses programas, uma matéria pode levar cinco minutos, ou um mesmo assunto pode ser tratado por mais de uma matéria. Em suma: não há regras.

1.3. Violação dos Direitos Humanos

Dentro desse exagero do jornalismo policial, temos ações que se configuram como violações dos direitos humanos, estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, elaborado por cinquenta nações em 1945. O documento universal tinha o objetivo de promover a paz e evitar futuras guerras, já que na época, a Segunda Guerra Mundial estava se findando, e teve como resultado milhões de mortes e desabrigados, além de fome e devastação. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) e seus Estados Membros se comprometeram em trabalhar juntos para a efetivação dos trinta artigos da Declaração (Unicef, 2008).

De acordo com a ONU, os direitos humanos são uma espécie de acordos que visam garantir que todas as pessoas serão tratadas iguais e terão as mesmas oportunidades de forma incondicional. “Os Direitos Humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição” (ONU, 2017).

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos ser reconhecida no Brasil e servir como base para a criação de leis nacionais, os programas de jornalismo policial desrespeitam pelo menos cinco pontos do documento. São eles:

[...]. Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei;

[...]. Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

[...]. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

[...] Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

[...]. Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação.

[...]. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 1).

Percebendo essas violações, a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) realizou uma pesquisa voltada ao gênero, e em 2016, lançou o volume III da publicação “Violações de direitos na mídia brasileira: guia de monitoramento”. Em trinta dias analisando 28 programas de Rádio e TV das cinco regiões brasileiras, a ANDI constatou que foram “4.500 violações de direitos; 8.232 infrações às leis brasileiras; 7.529 infrações à legislação multilateral; e 1.962 desrespeitos às normas autorregulatórias, como o código de Ética dos Jornalistas Brasileiros” (p. 18).

Para se chegar a esses resultados, a ANDI tomou como base os direitos estabelecidos e protegidos em leis nacionais e em recomendações contidas em códigos de ética e outros dispositivos de regulamentações das profissões.

De acordo com o Guia de Monitoramento, as maiores violações registradas foram “Exposição Indevida de Pessoa (s)”, com 1.704 violações e 88,45% de incidência; e “Desrespeito à Presunção de Inocência”, com 1.580 violações e 82% de incidência. A primeira violação ocorre quando o profissional da comunicação “expõe a intimidade de uma pessoa, de qualquer idade, sexo ou orientação sexual, vítima ou não de violência (s) física (s), submetendo-a a constrangimento público e expondo-a ao estigma social” (VARJÃO, 2016). Já a segunda violação acontece quando esse profissional trata um suspeito de crime como culpado, antes mesmo de qualquer julgamento ou avaliação de autoridades.

Seguindo no ranking de violações está “Violação do direito ao silêncio”, com 614 violações e 31,8% de incidência; “Exposição indevida de família (as)”, com 259 violações e 13,4% de incidência; “Incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais”, sendo 151 violações e 7,8% de incidência, e “Incitação ao crime e à violência”, com 127 violações e 6,6% de incidência. Além dessas, também estão no ranking “Identificação de adolescentes em conflito”, “Discurso de ódio ou Preconceito de raça, cor, etnia, religião, condição socioeconômica, orientação sexual ou procedência nacional”, e “Tortura psicológica ou Tratamento desumano ou degradante”, com 39 e 2,0%, 17, 0,9%, e 9 e 0,5%, de violações e incidência, respectivamente.

Mas, nos programas de jornalismo policial os conceitos de direitos humanos são apresentados de forma distorcida. Após décadas de mistificação, eles são vistos como um desserviço público. Atualmente, quando falamos nesses direitos, alguém se lembra do imaginário criado pelo sensacionalismo.

Para Airoso da Motta (2010), os acontecimentos são superficialmente tratados pelo formato, causando uma distorção do entendimento de certos sentidos e uma precipitação na tomada de conclusões. “Isso se torna extremamente perigoso quando, entre outros assuntos relevantes, o tema a ser tratado envolve a questão dos direitos humanos, já tão delicada e mal-entendida pela população” (p.19).

A distorção do significado de direitos humanos se iniciou nos tempos de ditadura militar, quando seus defensores lutavam contra as violações do Estado,

comandadas por militares a partir de 1964. Esses defensores acabaram se tornando vítimas das violações que lutavam contra, como explicou a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH) em sua publicação *Mídia e Direitos Humanos*.

Com o fim da ditadura, parte significativa dos componentes desses movimentos seguiu abraçando o tema da violência institucional. Não eram mais os presos políticos o centro das atenções, mas os presos comuns, que também padeciam dos exageros na atuação das forças policiais e do sistema carcerário. Nesse contexto, acabaram por tornar-se emblemáticas as iniciativas equivocadamente denominadas como “defesa dos direitos de bandidos. (VIVARTA, 2006, p. 19).

Com uma visão distorcida sobre os direitos humanos, os apresentadores de programas policiaiscos, assim como os repórteres e toda a narrativa das matérias e do programa em si, pregam o discurso de ódio, a violência com as próprias mãos, escarnecem das leis brasileiras e culpam as pessoas apresentadas como criminosas por quase todos os problemas existentes na sociedade.

Não é preciso ficar muito tempo consumindo produtos midiáticos do formato para se deparar com frases como “direitos humanos não servem para os cidadãos de bem, servem somente para defender bandidos”. Esse tipo de pensamento que se repete diversas vezes durante a apresentação é propagado pela sua audiência.

A ANDI também consultou autoridades na área dos Direitos Humanos, a fim de dar ainda mais suporte para o Guia de Monitoramento. De acordo com Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MP), os programas policiais acabam por colocar em descrédito todo o sistema judicial brasileiro, criando um imaginário de injustiça eterna nas crianças. “Os bordões utilizados nesses programas, além de equivocados e estereotipados, acabam criando uma ideia de que quem defende a população são as pessoas que agem com truculência, violência e arbitrariedade” (p. 52).

A existência desse tipo de veículo e de profissionais acaba por reforçar preconceitos, desinformação e descaso por conceitos centrais para consolidação de sociedades democráticas, como ‘estado de direito’, ‘devido processo legal’, ‘presunção de inocência’ e ‘accountability’, entre outros, questionando a própria relevância e centralidade da promoção dos direitos humanos (PAULA MARTINS apud VARJÃO, 2016, p. 54).

Segundo Airoso da Motta, o entendimento, valorização e cumprimento dos Direitos Humanos está intimamente ligado à função social do jornalismo.

Enquanto os veículos de comunicação não se comprometerem com a mudança da situação de não efetivação e violações dos direitos humanos por parte do Estado, mas também do capital e de outros atores sociais, não se terá de fato uma mídia que se poderá dizer socialmente responsável (MOTTA, 2010, p. 28).

A reflexão exposta pelo autor ainda é pouco observada pelos meios de comunicação e seus profissionais, visto que eles priorizam a audiência e o lucro ganho com as violações do jornalismo policial. Essa posição mantida pela comunicação brasileira mantém intacto o ciclo de violações, descrédito e descumprimento dos direitos humanos, alterando inclusive as noções de jornalismo e de seu compromisso com a sociedade.

1.4. Ética e Deontologia no jornalismo

Assim como qualquer profissão, o jornalismo possui funções e deveres. O conjunto desses deveres destinados a grupos profissionais é conhecido como deontologia, que possui princípios éticos. A ética é uma reflexão do comportamento moral, que estuda a moral de uma sociedade (VALLS, 2006). Por sua vez, a moral é o conjunto de normas aceitas livremente, sem a necessidade de leis ou regulamentações, que incidem sobre o comportamento individual e em sociedade.

Por ter como princípio a ética, as normas deontológicas ajudam a pensar o ser humano dentro do campo profissional. Segundo Gomes (2006), as categorias profissionais não gostam e não costumam debater sobre a ética na profissão, pois isso traz à tona muitos problemas que podem comprometer toda uma classe trabalhista. Para o autor, no jornalismo, a preocupação com esse tipo de debate se duplica.

No caso dos jornalistas, o profissional vê-se, muitas vezes, diante do problema da dupla fidelidade: à sua consciência (ou ao seu esquema de valores e crenças) e ao veículo com que trabalha. Pode acontecer uma tensão irreconciliável, obrigando-o a tomar uma decisão que, muitas vezes, pode custar-lhe o emprego (GOMES, 2006, pág. 1).

Para Ferreira (2015) ao interpretar a obra de Matheus (2011), apesar de quase todo profissional passar pela vida acadêmica, a ética, como “parte inerente ao processo de ser humano, pelo simples fato de sermos sujeitos sociais, em que os valores nos são transmitidos pelo próprio processo de aprendizagem e socialização”, é difícil de ser “ensinada”. Isso porque a ética trata dos princípios individuais, difíceis de ser modificados. Mas, para o autor, há outro modo de colocar a ética em prática. “Talvez a ética não possa mesmo ser ensinada, mas provocada e alimentada com diversos elementos simbólicos” (FERREIRA, 2015, p.1).

Eugênio Bucci (2000) tem a ética como uma singular estética de conduta, presente nas avaliações e análises diárias da atividade jornalística. A partir dessa visão, de boa conduta e imagem profissional é que estabelecemos e tratamos dos valores e questões éticas (FERREIRA, 2015). “O que está em foco no enfrentamento ético de uma determinada prática social ou profissional são as fronteiras desta ação (até onde se pode chegar?) e a "qualidade" do trabalho desenvolvido (como “fazê-lo?”) (AQUINO, 1996).

Sendo assim, exemplos de boas práticas profissionais, assim como a ética e disciplinas focadas nas relações humanas dentro do jornalismo se fazem necessárias dentro do mundo acadêmico da comunicação, a fim de que os futuros jornalistas possam chegar ao entendimento da melhor maneira de agir dentro dessa profissão. Ainda assim, nada garante que a ética será colocada em prática.

No jornalismo, além dos Direitos Humanos, os códigos deontológicos, estabelecidos por organizações, entidades e autoridades na área comunicacional, também vem sendo descumpridos constantemente. No Brasil, os códigos mais conhecidos são o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, Código de Ética e Auto-Regulamentação da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Princípios Éticos da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner); Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, da Associação de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert); e o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, assinado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), que abrange 31 sindicatos de trabalhadores no país. Nele, podemos destacar onze pontos que o jornalismo policial descumpre no Brasil. São eles:

[...] O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação;

Art. 6º É dever do jornalista:

[...] respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

[...] defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

[...] combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza;

Art. 7º O jornalista não pode:

[...] usar o jornalismo para incitar a violência, a intolerância, o arbítrio e o crime;

[...] valer-se da condição de jornalista para obter vantagens pessoais;

Capítulo III - Da responsabilidade profissional do jornalista

[...] A presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística;

[...] A opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade;

Art. 11. O jornalista não pode divulgar informações:

[...] de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes;

Art. 12. O jornalista deve:

[...] buscar provas que fundamentem as informações de interesse público;

[...] tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007, p. 1-3).

Essas regulamentações não estão sendo suficientes para barrar esses desvios, visto que os códigos não são leis e não preveem punição ou qualquer espécie de adequação do jornalismo dentro de parâmetros legais e específicos para a profissão. Por tantos descumprimentos, falhas e desvios de conduta, o jornalismo, que tem como princípio básico atender e defender o interesse público, está caindo em descrédito. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (Ibope) apontou que em 2015, apenas 41% dos entrevistados disseram confiar nas notícias veiculadas pela mídia. Entre 2009 e 2014, o índice de confiabilidade nos meios de comunicação saiu de 71 para 54%.

A discussão de ética no jornalismo contemporâneo apresenta-se como urgência, pois sendo a profissão dependente de uma relação de credibilidade e confiança, as ações dos *media* impactam toda uma categoria profissional e uma prática consolidada (FERREIRA, 2015, p. 2).

O não entendimento da real importância da responsabilidade profissional e a falta de ética no jornalismo tem resultado no esvaziamento do sentido de função social da profissão. Isso reflete diretamente no produto que é entregue à sociedade: a informação. Por não primar pelos princípios do jornalismo, todo o processo de produção da notícia acaba por ser corrompido, desde a escolha da pauta e das fontes até o encaminhamento da notícia e o estilo de narrativa utilizada.

Discutir a ética dentro da comunicação é também discutir a representação social, que *à priori*, seria função do jornalismo. Ferreira (2015) atribui ao jornalismo uma tripla natureza: serviço público, instituição pública e indústria. Tamanho poder midiático se concentra, em sua maioria, nas mãos de empresários que apenas visam lucro. Consequentemente, se esses empresários controlam os meios de comunicação, logo controlam grande parte dos comunicadores, seus funcionários, que se submetem às regras do mercado e se comprometem em cumprir suas responsabilidades com as empresas para as quais trabalham, e não mais para com a sociedade.

Entender o contexto em que se dá essa lógica de mercado será o objetivo do próximo capítulo. Que trará conceitos culturais desde os primórdios da comunicação, visando entender como se chegou à prática de jornalismo atual, que enfrenta diversas crises de identidade e de sustentação.

2. CULTURA E MÍDIA

A cultura e a mídia são elementos quase que inseparáveis na sociedade atual, conhecida como “Sociedade da Informação” (CASTELLS, 2002). Instrumentos midiáticos estão presentes em todos os lugares, fazendo parte do dia a dia da humanidade, auxiliando em suas necessidades e influenciando a cultura da mesma, e vice-versa. Apesar dessa ligação, a história nos mostrou que os recursos midiáticos se tornaram mais fortes, mais poderosos em termos de influência. Um exemplo é a cultura de massa, a qual tem a mídia como estabelecadora de elementos culturais na sociedade, interferindo/modificando opiniões, hábitos, valores, constituindo tendências e etc.

De certa forma, a mídia, “palavra mídia é utilizada na língua portuguesa (Brasil) para significar meios de comunicação – instrumentos tecnológicos que servem para a difusão das mensagens” (ENCICLOPÉDIA INTERCON, 2010, p. 816), como um todo “dita as regras”, e não é à toa que ela é conhecida como “Quarto Poder” (o termo foi usado para se referir à imprensa de forma pioneira pelo parlamentar, literato e historiador Lord Macaulay, em 1828). Nesse sentido, este capítulo busca discutir a relação entre cultura e mídia, dialogando com teóricos renomados da área, discorrendo sobre os conceitos e contextos de cultura, cultura da mídia, do jornalismo e do sensacionalismo. A Indústria Cultural também será tratada nesse capítulo. Conceituada por Adorno e Horkheimer (2002), a teoria é essencial para entendermos a relação de poder entre os dois elementos.

Os objetos de estudo desta monografia são produtos da televisão brasileira. Por isso, daremos atenção especial a este meio de comunicação, que marcou historicamente o cotidiano da sociedade brasileira. E, apesar da internet e outros aparelhos eletrônicos estarem ocupando um grande espaço na vida das pessoas, percebemos que no Brasil, a TV ainda hoje chama atenção por seus índices de audiência e poder de influência.

2.1. O que é cultura?

Os conceitos de cultura são amplos, múltiplos e, por vezes, contraditórios. Mas, a maioria desses conceitos converge na ideia de que cultura é o conjunto de elementos e manifestações que fazem parte de uma sociedade, como arte,

linguagem, comportamento e relações sociais. Ou seja, é tudo aquilo que é produzido socialmente.

Alguns autores, como Santos (2009), entendem a cultura como um processo mais amplo.

Cultura é uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concepções, como por exemplo se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social como por exemplo se poderia falar da religião. Não se pode dizer que cultura seja algo independente da vida social, algo que nada tenha a ver com a realidade onde existe. Entendida dessa forma, cultura diz respeito a todos os aspectos da vida social, e não se pode dizer que ela exista em alguns contextos e não em outros (SANTOS, 2009, p. 39).

As definições mais aceitas e mais utilizadas até os dias atuais decorrem da Antropologia.

Atualmente, na Antropologia não há um consenso sobre o que é cultura, mas existem muitos conceitos diferentes. Apesar disso, há concordância com relação a alguns pontos dessas múltiplas definições. Um desses pontos afirma que diferenças genéticas não determinam comportamentos culturais, ou seja, toda divisão de trabalho com base no sexo ou na raça, por exemplo, é cultural e não predeterminada pela natureza (SILVA; SILVA, 2006, p. 1).

Apesar de não haver um consenso do conceito do termo, e após as definições até aqui citadas, é importante aludir que, dentro da Antropologia, há ainda correntes que argumentam que diferenças genéticas e o meio geográfico não influem sobre a cultura, como argumentou Roque Laraia (1932) em *Cultura: um conceito antropológico*; e que todos os argumentos usados por grupos sociais “superiores” com essa justificativa, não se sustentam biologicamente (SILVA; SILVA, 2006).

Nesta pesquisa, usaremos as definições de Santos, Silva e Silva – citados acima - e também a definição estabelecida por Santos (1949), que entende a cultura em suas especificidades. “Assim, cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos” (SANTOS, 1949, p. 8). O autor ainda fala sobre a importância do aspecto cultural como fator essencial para entender a sociedade através da história. “De fato, ela é

uma maneira estratégica de pensar sobre nossa sociedade, e isso se realiza de modos diferentes e às vezes contraditórios” (IDEM, p. 9).

O termo “cultura” começou a ser utilizado por Edward Burnett Tylor no século XIX, para designar comportamento, espiritualidade e materialidade da vida humana em sociedade. Com o passar do tempo, alguns sentidos e registros de aspectos culturais se perderam, restando apenas dois: uma divisão entre as pessoas que detêm a cultura e as que não a possuem; e a visão da cultura como um produto do grupo social construído através da história com características da sociedade (MINTZ, 2009).

O primeiro sentido diz respeito a uma espécie de status social, onde as pessoas eram categorizadas de acordo com sua desenvoltura na sociedade, seus discursos, comportamentos e outros aspectos, definidos como apropriados e inapropriados. “Cultura, nessa visão, seria um conjunto formado por nascimento, posição social, educação e criação, que se traduziria em ideias e comportamentos; seria, portanto, também uma questão de privilégio” (MINTZ, 2009).

Já o segundo sentido é definido por Tylor (MINTZ, 2009) como um produto cuja “gênese poderia ser atribuída ao gênio de seus portadores, a alguns heróis míticos, a uma divindade benigna, ou o que seja – mas apenas algumas sociedades teriam a sorte de possuí-la” (p. 224). Nele, a cultura seria o resultado das peculiaridades de cada sociedade e de suas experiências através da história.

Após Tylor, pensadores das gerações seguintes trabalharam para aprofundar o sentido de cultura. Entre eles, o antropólogo Franz Boas, que se destacou na tentativa de uma definição que abrigasse a espécie humana como um todo, sem a hierarquia defendida até então. Segundo o Dicionário de Conceitos Históricos (2006), as teorias existentes até então tinham como principal influenciador Charles Darwin, motivo pelo qual as teorias eram conhecidas como evolucionistas. Segundo elas, os teóricos da época defendiam que desde as sociedades mais primitivas, todas as culturas passam pelas mesmas fases ou estágios, sempre em processo de evolução.

Na tentativa pioneira de criticar essa visão, Boas sustentava que uma cultura não poderia ser entendida baseada em outra, que cada uma tinha uma própria história, particular e com características próprias.

Assim, Boas usou, já no início do século XX, a História para explicar a diversidade cultural, a grande diferença de culturas na humanidade, fazendo pela primeira vez uma aproximação entre História e Antropologia até hoje bastante utilizada, chegando a influenciar obras como *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, discípulo de Franz Boas (SILVA; SILVA, 2006).

Segundo Munz, Franz Boas tinha como foco de seus estudos as chamadas sociedades primitivas, que eram inferiorizadas e cujas características eram “o tamanho reduzido, o desconhecimento da escrita, tecnologia sem máquinas, e uma ordem social largamente construída em torno de laços familiares” (apud MINTZ, 2009, p. 224). Boas presenciou algumas descobertas e destruições dessas sociedades por parte de civilizações que se consideravam superiores e mais evoluídas, e se preocupou com o conhecimento e a história desses povos.

O trabalho mais marcante e o que mais caracteriza a visão cultural de Boas se deu em sua visita aos esquimós, em 1883, quando iniciava sua carreira de antropólogo. Na época, ele escreveu uma carta em que contou que mesmo sobre as adversidades de se viver no extremo noroeste do Estreito de Cumberland, com baixíssimas temperaturas, os esquimós se reuniam em pequenos momentos para socializar quando alguém os levava um pouco de cachaça e eram extremamente hospitaleiros. Boas observou que mesmo sendo considerados inferiores, tinham atitudes mais nobres que as civilizações mais avançadas em aspectos tecnológicos e sociais. “Nós não temos o direito de criticá-los por sua forma de vida e suas superstições, que podem nos parecer ridículas. Nós, pessoas ‘altamente educadas’, somos piores, relativamente falando” (BOAS apud MINTZ, 2009, p. 226).

Apesar da tentativa de se igualar os valores culturais das sociedades humanas, ainda há diferenças e desigualdades internacionais entre os povos, que resultam na volta da hierarquia cultural. Isso por que algumas sociedades tem acesso a bens, serviços e fatores culturais que outra sociedade não possui. Para Santos (2009), é preciso entender essas desigualdades e pensar as especificidades culturais, assim como entendê-las em seus contextos históricos. “Este é um fato evidente da história contemporânea e não há como refletir sobre cultura ignorando essas desigualdades. É necessário reconhecê-las e buscar sua superação” (p. 12).

Essas desigualdades entre as civilizações e povos podem ser observadas nacionalmente. No Brasil, há diversos grupos e classes sociais construídos com

diversas origens, e com características diferentes entre si. Em cada grupo ainda há divisões internas por faixas etárias, escolaridade e etc... Toda essa diversidade reflete no setor cultural brasileiro (SANTOS, 2009).

Ter uma diversidade de conceitos sobre cultura e nenhuma como certa ou definitiva, nos dá a oportunidade de refletir sobre a riqueza do universo cultural, inerente à humanidade.

Assim, os seres humanos só vivem em sociedade devido à cultura. Além disso, toda sociedade humana possui cultura. A função da cultura, dessa forma, é, entre outras coisas, permitir a adaptação do indivíduo ao meio social e natural em que vive. E é por meio da herança cultural que os indivíduos podem se comunicar uns com os outros, não apenas por meio da linguagem, mas também por formas de comportamento. Isso significa que as pessoas compreendem quais os sentimentos e as intenções das outras porque conhecem as regras culturais de comportamento em sua sociedade (SILVA; SILVA, 2006).

Assim, a Antropologia e a História afirmam que cada cultura possui sua própria história e podem ser modificadas ao passar do tempo. Isso não resulta, necessariamente, na classificação de culturas superiores ou inferiores. Mas, quando há o encontro entre culturas distintas, pode haver uma espécie de choque cultural, pois o comportamento, a fala, o modo de se vestir, assim como outros aspectos identificam os indivíduos, podendo integrar as pessoas em comunidades, e sinalizar para outras o seu lugar, posição social e etc., através de "códigos culturais" (SILVA; SILVA, 2006).

2.1.1. O local da cultura

Homi Bhabha (1998) afirma que o afastamento do uso de "classe" e "gênero" para conceituar e classificar os sujeitos possibilitou novas formas de identificação dos mesmos, tais como as categorias de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica e orientação sexual, que segundo o autor, "habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno" (p. 20).

Ainda segundo Bhabha (1998), é preciso ir além dessas "narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais" (p. 20). Ou seja, a

identidade e a cultura de um sujeito decorrem não somente de suas origens, mas dos processos e acontecimentos aos quais ele é submetido ao longo de sua existência. É o que o autor denomina de "entre-lugares", os quais permitem a criação de novas estratégias para a elaboração da subjetividade, seja ela singular ou coletiva; e "que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade" (p. 20).

Roy Wagner (2010) faz uma retomada da origem do termo "culture", para assim falar da cultura que cada indivíduo adquire. Sendo da América Latina, o termo deriva do verbo *colere*, que significa "cultivar". Segundo o autor, o termo também originou outras palavras cujos significados são associados ao cultivo do solo. Ao longo do tempo, o significado do termo foi sendo modernizado, mas sempre relacionado à agricultura. Tanto, que "nas salas de estar dos séculos XVIII e XIX falava-se de uma pessoa "cultivada" como alguém que "tinha cultura"" (WAGNER, 2010, p. 54).

Tendo como base Homi Bhaba (1998), podemos dizer que indivíduos que transitam por diferentes espaços culturais ou uma sociedade que possui diversas influências culturais, podem ser classificados como multiculturais, independentemente dos fatores que os colocaram nessas situações.

É na emergência dos interstícios - a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença - que as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação* [*nationness*], o interesse comunitário ou a valor cultural são negociados (BHABHA, 1998, p. 20).

Essa emergência é citada também por Stuart Hall, na obra *Da Diáspora: identidades e mediações culturais* (2003), que reúne textos acerca da dispersão do povo negro e de seu ingresso em outras culturas. Pelo que chama de "condições de emergência", Hall diz que esses fatores emergenciais não são novos ou mesmo exceções.

Os impérios, produtos de conquista e dominação, são frequentemente multiculturais. Os impérios grego, romano, islâmico, otomano e europeu foram todos, de formas distintas, multiétnicos e multiculturais [...]. Os sistemas coloniais de monocultura do mundo ocidental, os sistemas de trabalho semi-escravo do Sudeste da Ásia, da Índia colonial, assim como os vários Estados-

nação conscientemente fabricados a partir de um quadro étnico mais fluido — na África, pelos poderes colonizadores; no Oriente Médio, nos Bálcãs e na Europa Central, pelas grandes potências — todos se ajustam mais ou menos à descrição multicultural. (HALL, 2003, p. 55).

Stuart Hall afirma que não há como traçar um perfil linear do fenômeno no período colonial e o pós-colonial, mas a questão da emergência no multiculturalismo se intensificou no cenário pós-guerra, pois foram desses conflitos que decorreram diversas condições. Essa questão "tornou-se mais evidente e ocupa um lugar central no campo da contestação política. Isso é o resultado de uma série de mudanças decisivas — uma reconfiguração estratégica das formas e relações sociais em todo o globo" (2003, p. 55).

Embora o "estranho" seja uma condição colonial e pós-colonial paradigmática, tem uma ressonância que pode ser ouvida distintamente - ainda que de forma errática - em ficções que negociam os poderes da diferença cultural em uma gama de lugares trans-históricos (BHABHA, 1998, p. 30).

Dessa forma, "os embates de fronteira acerca da diferença cultural tem tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos" (BHABA, 1998, p. 21). Segundo Babha, a diferença cultural surge em momentos de crise, juntamente com as questões de identidade. Por isso, podem haver choques no decorrer da troca de experiências, valores e outros significados. "A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica" (p. 21).

Roy Wagner (2010) também trata do choque cultural, apontando a cultura como uma "invenção útil" para a concepção de "todos os seres humanos, onde quer que estejam, como "pesquisadores de campo" que controlam o choque cultural da experiência cotidiana mediante todo tipo de "regras", tradições e fatos imaginados e construídos" (p. 75). Para ilustrar esse pensamento, o autor toma como exemplo a figura do antropólogo, que tem seus contatos culturais como experiências compreensíveis e as entende como seu modo de vida, como sua cultura. Sendo assim, por meio dessa invenção e por já ser preparado ao longo da vida através de

regras sociais, ao que Roy chama de "convenções compartilhadas dessa cultura", o antropólogo não teria problema em lidar com uma sociedade diferente da sua, pois por si próprio inventou uma cultura para a sociedade a qual estuda. Para Wagner, todo ser humano é "antropólogo", no sentido de explorar culturas diferentes da sua e de "inventar" uma noção de cada uma delas. Mas o próprio autor critica essa postura.

Para Wagner (2010), as noções de cultura, o empreendimento coletivo, os conceitos de personalidade e o eu individual, assim como o id, o ego e o superego freudianos, não são eficientes para se compreender os povos e suas convenções inatas e a invenção do eu (p. 151). Compreender a cultura e a manifestação da mesma e o processo de construção e identificação dos indivíduos é um processo bem mais complexo e delicado do que se possa imaginar.

2.1.2. A cultura da mídia

Os avanços tecnológicos têm transformado o cotidiano da humanidade. Essa transformação coloca a mídia cada vez mais presente na vida das pessoas, mediando suas relações, da profissional à pessoal. Além de ter modernizado a comunicação entre as pessoas, a mídia também é o principal meio de busca por informação, notícias e novas tendências. Ou seja, as pessoas procuram a mídia para saber o que está na moda, e absorvem o conteúdo como forma de se manterem sempre atualizados. Além de consumir, a Sociedade da Informação também está produzindo conteúdos e os distribuindo nos meios midiáticos. O poder da mídia é tamanho que esse comportamento social é caracterizado pelo controle e manipulação da sociedade, de forma eficiente e camuflada.

Atualmente, são tantas formas de produção e espaços midiáticos, que os equipamentos tecnológicos passaram a fazer parte do processo de aprendizado e socialização, como por exemplo, conteúdos educacionais, religiosos, de entretenimento e outros. Esses conteúdos também passaram a ser produzidos visando públicos segmentados, seja por idade, nível educacional, interesses políticos e etc.; mas ao passo que essa produção foi se modernizando, os assuntos e temas passaram a ser tratados de forma superficial, com pouco ou quase nada de aprofundamento. Ainda assim, essa diversidade atrai o público a desfrutar dos

prazeres do consumo midiático, dando-lhes também produtos agradáveis e de fácil identificação.

Contudo, em certo sentido, a cultura da mídia é a cultura dominante hoje em dia; substitui as formas de cultura elevada como foco da atenção e de impacto para grande número de pessoas [...]. Ademais, a cultura veiculada pela mídia transformou-se numa força dominante de socialização: suas imagens e celebridades substituem a família, a escola e a Igreja como árbitros de gosto, valor e pensamento, produzindo novos modelos de identificação e imagens vibrantes de estilo, moda e comportamento (KELLNER, 2001, p. 27).

A cultura da mídia é um fenômeno recente, marcado pela chegada da televisão no período pós-guerra, se tornando uma força dominante na cultura, socialização, na política e na vida social. Para Kellner (2001), a cultura da mídia é marcada pela disputa de grupos sociais e ideologias políticas divergentes, que resultam em imagens, discursos e espetáculos transmitidos pela mídia à sociedade.

Esse campo de disputa ideológica se torna um campo de disseminação de símbolos, que carregam consigo mensagens sutis entre as culturas, transformando-as ao criar representações. “Interagir é um termo essencial aqui, visto entendermos que a cultura se relaciona diretamente com a produção e a troca de significados entre os membros de uma sociedade ou de um grupo” (ROSO et al, 2002, p. 76).

Para Thompson (1995 apud ROSO et al, 2002), as formas simbólicas no sentido cultural possuem cinco características essenciais. São elas: as *Intencionais*, quando um sujeito se expressa para o outro; *Convencionais*, onde a produção, construção ou uso, assim como a interpretação das formas simbólicas são realizadas através de códigos e regras; *Estruturais*, cuja a análise de estrutura devem considerar, além das especificidades, elementos inter-relacionados; *Referencial*, quando há representações, fazendo referências e dizendo algo sobre alguma coisa; e *Contextual*, onde as representações simbólicas são inseridas em um contexto histórico-cultural.

Mas um grave processo de dominação surge quando as formas simbólicas são criadas com a intenção de estabelecer relações de poder ou exclusão.

É nesse momento que as formas simbólicas, na dimensão cultural, passam a carregar consigo relações ideológicas, conforme definidas por Thompson (1995). Um dos passos para romper com esta ideologia é analisá-la, ou seja, estudar as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com as relações de poder. Em outras palavras, como o sentido pode servir para estabelecer, sustentar e reforçar relações de dominação (ROSO et al, 2002, p. 76).

A mídia, quase que em sua totalidade, é concentrada nas mãos de conglomerados empresariais, que disseminam suas ideologias através dos produtos midiáticos. Visando compreender esse processo de influência e dominação, abordaremos a seguir as relações de poder midiático sob a luz da Indústria Cultural, que nos ajudará a compreender como ocorrem os processos de dominação da massa consumidora da mídia.

2.1.3. Indústria Cultural

A definição de indústria cultural surgiu quando Horkheimer e Adorno usavam a expressão "cultura de massa", ao produzir a obra *Dialética do Esclarecimento* (2006). Segundo Romão (2013), a mudança na terminologia da expressão se deu porque os autores queriam evitar uma interpretação errada do termo. Em vez de dar a entender que a cultura surgia das massas, a ideia que se queria passar era de que a indústria cultural se tratava de uma espécie de produção da cultura popular.

A indústria cultural, por um lado, transforma a cultura em mercadoria - e, como qualquer mercadoria, ela passa a ter como único objetivo sua comercialização no mercado. Por outro lado, tendo por função a produção e a venda de mercadorias, a indústria cultural organiza-se como qualquer outra indústria, o que têm por consequência que a própria criação cultural passa a seguir uma lógica industrial (ROMÃO, 2013, p. 47).

Dessa forma, o setor cultural, que antes se desenvolvia de forma independente à mídia, passa a ser a motivação e o objetivo das produções midiáticas. Isso porque a programação pauta e produz aquilo que interessa o seu público alvo e/ou o maior número de pessoas e visa, com seu produto final, atingir esse público e transmitir sua ideologia, seu discurso, a fim de convencer a massa.

De acordo com Horkheimer e Adorno (2002), a indústria cultural é potencializada na televisão, pois suas possibilidades permitem a identificação da indústria cultural sem “máscaras”.

A televisão tende a uma síntese do rádio e do cinema, retardada enquanto os interessados ainda não tenham conseguido um acordo satisfatório, mas cujas possibilidades ilimitadas prometem intensificar a tal ponto o empobrecimento dos materiais estéticos que a identidade apenas ligeiramente mascarada de todos os produtos da indústria cultural já amanhã poderá triunfar abertamente (HORKHEIMER; ADORNO in LIMA, 2002, p. 171).

Gomes (2004) caracterizou a expressão *mass media* como algo que não via na indústria da cultura e da informação, “outra coisa a não ser os dispositivos de emissão e a capacidade de difundir conteúdos e mensagens para audiências massivas” (p. 48).

A cultura como mercadoria é tão dominante, que o setor tomou conta de um grande espaço no capitalismo global, gerando bilhões de dólares por anos aos conglomerados midiáticos e ampliando a ideia que se têm de indústria cultural, como escreveu Romão (2013).

Dessa forma, o conceito de indústria cultural, que se refere especificamente ao modo de produção tipicamente industrial aplicado à cultura, ganha uma atualidade impressionante, exatamente porque essa produção de cultura se tornou um setor central da economia capitalista (ROMÃO, 2013, p. 47).

Kellner (2001) sustenta que essa forma de produção da cultura em massa, presente na maioria dos países capitalistas, pode trazer consequências, pois conseguir lucrar com a cultura agora midiaticizada e mercantilizada, significa ofertar produtos que “talvez choquem, transgridam convenções e contenham crítica social ou expressem ideias correntes possivelmente originadas por movimentos sociais progressistas” (p. 27). Ou seja, por visar somente o lucro, a cultura de massa é capaz de “passar por cima” de questões éticas, morais e até legislativas, e de propagar ideias e propostas políticas que lhe agradem ou com a qual possua qualquer tipo de ligação.

Outra consequência, apontada agora por Romão (2013), decorre do fato de que a produção de cultura na mídia deixa de ser independente e passa a ser dirigida pela lógica de mercado e a critérios econômicos. Assim, as empresas midiáticas guiadas pela indústria cultural passam a ter em seu quadro de funcionários “administradores, *managers* que podem não entender nada sobre o processo de produção artística, mas que possuem uma noção aguçada sobre o que significa eficácia e rentabilidade” (p. 47).

Com tanto aparato, as grandes empresas midiáticas passam a exercer influência também sobre seus consumidores, assim como em seus comportamentos, atividades, gostos e etc. Como os detentores dessas empresas são pessoas econômica e politicamente poderosas, os meios de comunicação acabam por servir como ferramentas para defesa e conquista de interesses.

Para alcançar seus objetivos, fazer com que os produtos da indústria cultural sejam consumidos pelo maior público possível, são criadas necessidades midiáticas no público. Após criar e fomentar tal necessidade, a indústria aponta a solução e um modo rápido e fácil de satisfação, como os programas de entretenimento Big Brother e The Voice Brasil (Rede Globo), ou a telenovela Malhação, também transmitida pela Rede Globo, visando o público infantojuvenil, um exemplo de segmentação dos produtos midiáticos. "A cultura de massa é o produto de um diálogo entre uma produção e um consumo" (MORIN, 1997, p. 46). Segundo Edgar Morin (1997), a produção se daria através de uma linguagem expressada através de seus produtos, e o consumidor responderia com "sim" ou "não", transmitidos através do sucesso ou do fracasso dos produtos midiáticos.

Apesar do poder e da influência, a indústria cultural ainda está sujeita a normas e tabus já impostos socialmente, como religião, além de estar submetido às ordens do Estado. "A cultura de massa é, portanto, o produto de uma dialética produção-consumo, no centro de uma dialética global que é a da sociedade em sua totalidade" (MORIN, 1997, p. 47). Isso porque a relação entre produção cultural e as necessidades culturais da população é um sistema complexo.

Adorno e Horkheimer (2002) também discorrem sobre isso, citando como exemplo a reorganização do cinema antes da Primeira Guerra Mundial, que se adequou às necessidades do público controladas pelas cifras da bilheteria.

Assim parece até hoje aos magnatas do cinema, que se baseiam no mesmo princípio, e nos sucessos mais ou menos fenomenais, e não no princípio contrário, o da verdade. Sua ideologia são os negócios. A verdade é que a força da indústria cultural reside em seu acordo com as necessidades criadas e não no simples contraste quanto a estas, seja mesmo o contraste formado pela onipotência em face da impotência (ADORNO E HORKHEIMER in LIMA, 2002, p. 179).

Assim, a Indústria Cultural cria necessidades em seu público ao mesmo tempo em que aponta sua solução, como num ciclo vicioso. Para ter autoridade para tal, ela se utiliza de seus artifícios de dominação, tendo poder suficiente para influenciar a vida pessoal das pessoas, tendo um controle parcial de suas vidas. Um dos meios de comunicação utilizados na cadeia produtiva da indústria cultural é a televisão, objeto de vários estudos acerca de influência midiática e ferramenta dessa teoria.

2.1.4. A Televisão no Brasil: A maior influência

Desde o seu surgimento no Brasil, na década de 1950, a televisão vem sendo observada como um meio de comunicação bastante massivo e influenciador na sociedade. E desde esse período, a televisão é estudada, discutida e documentada por teóricos e acadêmicos da área da Comunicação.

A primeira emissora brasileira foi a TV Tupi-Difusora, implantada na década de 1950 pelo grupo de empresários Diário Associados Assis Chateaubriand. O grupo foi responsável por importar duzentos aparelhos e espalhá-los pela cidade de São Paulo. O aparelho e a programação fizeram sucesso, mas o desafio foi manter seu funcionamento diariamente.

Como na época o rádio já estava consolidado no país, Chateaubriand convidou diversos jornalistas experientes no rádio para integrar a programação do novo meio. Por esse motivo, as produções da época eram bastante semelhantes ao rádio, sendo apenas adaptadas para ser transmitidas visualmente (LEAL, 2009). Um exemplo de sucesso no campo do telejornalismo foi o “Repórter Esso”, uma adaptação de um radiojornal bastante popular transmitido pela United Press International (UPI) e por rádios brasileiras.

A vitoriosa experiência de colocar um apresentador exclusivo e o patrocínio de uma única empresa foi repetida em todas as emissoras inauguradas por Assis Chateaubriand. O Repórter Esso foi tido como um marco no telejornalismo brasileiro e permaneceu ao ar até 31 de dezembro de 1970 (LEAL, 2009, p. 5).

Após essas primeiras experiências, a televisão veio a se consolidar no Brasil somente na década seguinte, com a criação de novas emissoras e a compra de novos aparelhos, que possibilitaram maior acesso ao meio. A consolidação ocorreu após a TV se desvencilhar das influências herdadas do rádio, criando e aderindo seu próprio estilo e ferramentas para ganhar público.

O grande marco dessa fase foi a criação do videoteipe (VT), que possibilitou o uso de estratégias para montar a programação, atraindo anúncios e obtendo maior audiência e lucro. A nova ferramenta possibilitou a inserção de comerciais, programas e telenovelas na programação diária, criando hábitos rotineiros nos telespectadores a partir de seus produtos.

Os anos 60 marcam também a definitiva separação do rádio e da televisão como indústrias autônomas: o rádio começa a se regionalizar e a procurar específicas e segmentadas audiências; a televisão torna-se um veículo de massa, atingindo todo o mercado nacional, e ocupando assim o papel que o rádio tinha desempenhado nos anos 40 e 50 (JAMBEIRO apud LEAL, 2009, p. 6).

A televisão então passou a exibir programações segmentadas, alcançando um maior público e ganhando cada vez mais poder dentro do mundo midiático. Como a principal característica da televisão é a imagem, o recurso é bastante explorado a fim de disseminar as ideologias dos veículos de comunicação, confirmando seu apelo infantil e formas pouco sofisticadas de pensamentos (ROMÃO, 2013).

O caráter diversional da televisão brasileira do qual Rezende fala, se consolidou após a popularização do meio no país, tornando popular também as programações de diversas emissoras. Nessa época, os programas de auditório e as telenovelas se intensificaram nas grades da TV.

Segundo Luciana Tscheppen (2005), as telenovelas foram responsáveis pela criação e consolidação das emissoras no Brasil. "O que estimulou a formação de redes de emissoras foram as telenovelas, pois desse modo, teriam um mesmo programa sendo apresentado simultaneamente em várias cidades" (p. 9). As telenovelas brasileiras fizeram tanto sucesso desde seu início, que passaram a ser exportadas na década de 1970, quando os avanços tecnológicos elevaram o nível de suas produções.

Semelhantemente aos meios de comunicações mais antigos, a televisão também precisou se adaptar à sua audiência para se manter através de anúncios publicitários e exploração de conteúdos que chamam a atenção do público (LEAL, 2009).

Tamanho poder e influência passaram a afetar os setores da sociedade. E, ainda hoje, apesar de estarmos em uma era mais tecnológica, as pessoas ainda consomem produtos televisionados e são influenciados por eles. "A TV merece uma atenção especial, pois, devido sua importância, ajuda na legitimação dos discursos graças à estrutura, amplificação e alcance" (ANGRIMINI SOBRINHO, 1995, p.).

Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (PMB) 2016, realizada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), que fez um levantamento sobre os hábitos dos brasileiros em relação à mídia, a televisão ainda é o meio predominante no Brasil. Do total de entrevistados, 89% responderam que possuem o hábito de ver TV; desses, 77% afirmou assistir televisão diariamente.

A pesquisa também mostrou que a era tecnológica se fortaleceu através do tempo, e apesar da tecnologia ser disponibilizada em mãos, com aparelhos celulares e computadores, que estão cada vez mais presentes no cotidiano, o brasileiro ainda passa bastante tempo em frente à televisão. De acordo com PBM 2016, os brasileiros passam 3h21 por dia, de 2ª a 6ª-feira, e 3h39 nos finais de semana, assistindo TV.

Pelos dados apresentados, percebemos o quanto a televisão é consumida pela massa populacional e alvo do conteúdo gerado pela programação, representando sucesso das emissoras de todo o Brasil, as quais tem o desejo de alcançar cada vez mais audiência para gerar lucro.

Nas emissoras comerciais de TV – predominantes no Brasil – a programação adota um caráter primordialmente diversional que afeta, inclusive, as produções telejornalísticas. Motivada por essa ideologia do entreter para conquistar maiores níveis de audiência e faturamento, a televisão privilegia a forma do espetáculo (REZENDE, 2000, p. 35).

Com esse objetivo, de alcançar e influenciar as massas visando o lucro, as emissoras passaram a adotar estratégias, aderindo ferramentas que possibilitassem isso. Uma dessas ferramentas é o sensacionalismo, forma do espetáculo se preocupa mais em manter sua audiência, atraindo o telespectador e satisfazendo seus desejos. Essa prática chegou também à área jornalística, causando polêmicas e trazendo à tona discussões sobre objetivos e valores da profissão.

2.2. A cultura do sensacionalismo

De tão forte, a indústria cultural chegou a todos os patamares da comunicação, atingindo inclusive o setor jornalístico, que possui um compromisso com a sociedade. Com isso, grande parte do jornalismo passou a renegar os princípios da profissão, trazer à público o que choca, independentemente de seu valor ou de sua importância social e produzir conteúdos que mais entretém do que informam, entre outras práticas condenáveis pelos guias do "bom jornalismo".

Nesse sentido, a espetacularização da notícia resultou da mercantilização da informação. O jornalismo passou a ser mais um produto a ser vendido em escala industrial, se moldando ao mercado mundial e oferecendo seus produtos com base em custos-benefícios.

A indústria da mídia não apenas se submeteu de forma cada vez mais intensa aos interesses do mercado mundial, no sentido estritamente econômico, como também é parte dos eventos que noticia, também é parte do império oligopolizado da informatização (ARBEX JR, 2001, p. 99).

Se ajustando à lei de mercado, onde quem informa com mais rapidez se destaca mais, o setor passou a divulgar informações sem a devida contextualização e problematização. Assim, a maior parte dos produtos jornalísticos entregues à população não vão muito além dos fatos, não tratam das causas, razões, consequências e outras vertentes necessárias para entender o todo da questão.

Esse tipo de conteúdo mais aprofundado, encontramos hoje em alguns veículos e fontes de informação, mas em menor número e sem tanto destaque no mundo jornalístico.

Outra característica comum no campo do jornalismo é a padronização de seus produtos. Claro que a profissão tem um direcionamento, o qual é ensinado e repassado na academia e no mercado de trabalho, mas o que trato aqui é da falta de diversidade e variedade nos formatos desses produtos, principalmente de cunho sensacionalista, como trata Marcela Félix dos Reis (2012) ao falar sobre a sobrevivência do telejornalismo.

A continuidade do sensacionalismo no telejornalismo é garantida pelas mudanças constantes nos programas, que apresentam novas roupagens, para garantir audiência e atender as leis de mercado. Contudo a essência é a mesma. Tanto que são inúmeros os programas sensacionalistas que se apresentam em diversos formatos, com nomes, cenários e propostas diferenciadas (REIS, 2012, p. 80).

É como se os produtos midiáticos tivessem que sempre perder qualidade para ganhar público, audiência e conseqüentemente o lucro. Essa forma tem sido tão eficaz, que os meios de comunicação não veem outra forma de se sustentar a não ser através do sensacionalismo, da espetacularização da notícia; que visa a quantidade (de público, audiência, publicidade e lucro) e não a qualidade.

A perda de qualidade - tão evidente em todos os níveis da linguagem espetacular - dos objetos que louva e das condutas que regula, não faz outra coisa senão traduzir as características fundamentais da produção do real, que repudiam a realidade: a forma-mercadoria é de uma ponta a outra a igualdade consigo mesma, a categoria do quantitativo. É o quantitativo que ela desenvolve, e ela não pode se desenvolver senão dele [...]. Este desenvolvimento exclui o qualitativo estancando, enquanto desenvolvimento, a passagem qualitativa: o espetáculo significa que ele transpôs o limiar da *sua própria abundância*; isto ainda não é verdadeiro localmente senão em alguns pontos, mas já é verdadeiro em escala universal, que é a referência original da mercadoria, referência que o seu movimento prático confirmou, definindo a terra como mercado mundial (DEBORD, 2003, p. 29).

A junção da informação e o sensacionalismo deu origem ao que hoje é chamado de infoentretenimento ou infotenimento, definido por Dejavite o "espaço destinado às matérias que visam informar e divertir" (*apud* 2007, p. 2). O termo tem sido usado desde o fim do século XX, quando surgiu nos Estados Unidos, por volta de 1980, quando jornais passaram a enaltecer e valorizar cada vez mais o entretenimento, incentivados pelos avanços do mercado e pela proliferação de programas culturais.

José Arbex Júnior (2001) afirma que a presença maior do entretenimento no meio informativo obrigou os telejornais a se adaptarem à publicidade. Assim, para lidar com essa transição de publicidade, informação e entretenimento, os veículos de comunicação começaram a investir em apresentadores e âncoras, mesmo que estes não saibam exatamente do que se trata a notícia que estão passando. Arbex Júnior fala de um "pacto de cumplicidade", onde "o mercado se vê refletido por uma mídia que, por sua vez, dá visibilidade aos eventos que reforçam a estrutura de mercado" (p. 97).

Sensacionalismo, espetáculo e infotenimento são características bastante presentes atualmente no mundo jornalístico, tendo como justificativa de ser um artifício para se aproximar do público. Mas o que acontece é que a própria comunidade é prejudicada, ao ter poucas opções e acesso a produtos de qualidade e que realmente buscam o interesse público, uma das principais bases do jornalismo. A profissão acaba por ser desconstruída e descaracterizada e até podemos dizer mascarada, por conta da busca incansável por sobrevivência.

3. VIOLÊNCIA

A violência é um dos principais eixos do jornalismo policial. Ela está sempre presente no formato, seja nas matérias, nas falas de vítimas e acusados, de autoridades ou da figura do repórter e do apresentador, além de estar enraizada na forma de produção e difusão da notícia nesse gênero. No jornalismo policial televisivo, é comum veicular cenas de brigas, prisões, assassinatos, roubos, troca de tiros, imagens fortes, contendo sangue, e etc.. As cidades brasileiras possuem altos índices de criminalidade, mas no jornalismo policial, as que ganham mais destaques são as que trazem situações "corriqueiras" das periferias, transmitidas em horário de almoço, muitas vezes sem qualquer filtro.

Além da violência explícita, essas produções marcadas pelo sensacionalismo reforçam e praticam outros tipos de violência implícita como a difusa e a simbólica. É exatamente sobre isso que este capítulo se propõe a trabalhar, visando a compreensão da importância e gravidade da situação quando falamos em pautar a violência no Brasil. Primeiramente, iremos discorrer sobre os conceitos de violência e os tipos de violência, e depois veremos como elas são tratadas e propagadas pelos meios de comunicação.

3.1. Definições de Violência

Segundo o dicionário Aurélio, violência pode ser conceituada como "estado daquilo que é violento; ato violento; ato de violentar; veemência; irascibilidade; abuso de força; tirania; opressão; e constrangimento exercido com alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer; coação" (2016, s/p). Ou seja, tudo aquilo atrelado à agressão direta ao homem, aos seus bens e as suas relações pessoais. Essa definição está no nosso imaginário, surgindo quase que como primeiro entendimento ao se pensar em violência.

Esse tipo de comportamento está presente em todos os lugares e relações, independentemente de região, classe social, cor, sexo, idade, e tantas outras categorias. É o que Odália (2012) chama de "democracia da violência", e apesar de se tornar exacerbada no mundo moderno, a violência sempre esteve presente, se manifestando de várias formas. "O viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces" (ODÁLIA, 2012, p. 13).

Muitos estudos profundos e renomados sobre a violência também foram realizados pela ótica da saúde - pois, a violência é considerada um problema de saúde pública (UFSC, 2014) -, que através dos anos vêm dando mais atenção ao fenômeno e suas implicações na vida das pessoas. Adotando os mesmos conceitos apresentados acima, a Organização Mundial da Saúde (OMS) agrupou os tipos de violência em três grandes grupos, de acordo com o autor da prática: Violência autoprovocada ou autoinfligida, quando praticada contra si mesmo; Violência interpessoal, agregando também a violência intrafamiliar, doméstica e comunitária; e Violência coletiva, como em grupos políticos, organizações terroristas, milícias (apud UFSC, 2014, p. 13).

Para Ruben Oliven (1989), a questão da violência no cenário brasileiro marcou períodos históricos e políticos ao longo da trajetória do país, como em acontecimentos oficiais como a Proclamação da República e a República, e movimentos populares, tais como Quilombo dos Palmares, Guerra de Canudos, revolta da Chibata, a Cabanada e outros. O autor afirma também que no Brasil, a violência cresceu a partir de 1964, período de Ditadura Militar e repressão política; e discorda do termo "violência urbana", pois esta atribui que a violência é inerente ao espaço urbano, rótulo tido como insustentável para Oliven. "O seu aumento, porém, se deu tanto na cidade como no campo e tem menos a ver com o contexto no qual se manifesta e mais com as condições que lhe dão origem" (OLIVEN, 1989, p. 15).

Deve-se levar em consideração, também, o fato de que sociedades diferentes secretam violências diferentes, o que lhes dá uma especificidade que prefiro denominar de social, por ser este atributo mais próximo da realidade estrutural da sociedade. (ODÁLIA, 2012, p. 37).

Muniz Sodré (1942) também usa o termo "violência social", como um fator que ocorre em todos os campos da existência (econômico, político, psicológico). E, se considerada frente a fatores externos, pode ser desmembrada em categorizadas como: "*violência direta*, que é o emprego imediato da força física; e a *violência indireta* (latente), que inclui os diversos modos de pressão (econômicos, políticos, psicológicos) ou então a ameaça do emprego da força" (SODRÉ, 1942, p. 12).

A vida social, em todas as formas que conhecemos na espécie humana, não está imune ao que se denomina, o senso comum, de violência, isto é, o uso agressivo da força física de indivíduos ou grupos contra outros. Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza (VELHO, apud BARREIRA, 2012, p. 222).

Segundo Tavares dos Santos (2004), o fenômeno da violência pode ser entendido como uma consequência da fragmentação e exclusão econômica e social. "A violência configura-se como norma social para algumas categorias sociais, em contraponto àquelas denominadas normas civilizadas" (p. 22).

Os lugares seguros e pessoas menos favoráveis às práticas classificadas como violentas passam por uma quadra de indefinição. As vulnerabilidades sociais granjeiam outras dimensões, pois os "lugares perigosos" e as "vítimas preferenciais" se fazem cada vez mais complexos. Os contornos de segurança são sempre tênues e indefinidos, mesmo que não se possa negar a existência de "vítimas e lugares preferenciais" de práticas violentas; conquanto os lugares sejam delimitados pelo cinturão da pobreza (BARREIRA, 2013, p. 223).

A partir dos autores e suas teorias citadas acima, podemos perceber que a violência precisa ser entendida em seus diversos tipos, a partir das suas especificidades. Por isso, adiante trataremos alguns tipos de violência, a fim de entendê-los e percebê-los em nosso cotidiano, presente também na mídia, mas especificamente no Jornalismo policial, tema central desta monografia.

3.2. Violência Difusa

Segundo César Barreira (2015), a violência difusa está relacionada à crueldade, à insegurança e aos medos sociais decorrentes do modo "democrático" da violência no mundo contemporâneo (ODÁLIA, 2012). Ou seja, a violência difusa se caracteriza pelo entendimento social de que toda e qualquer pessoa pode ser vítima de atos violentos, "direcionada para uma 'sensação difusa de insegurança', bem como para 'difusos medos sociais'. O difuso configura o incontrolável e o imponderável" (BARREIRA, 2015, p. 57).

O "difuso" relaciona-se, claramente, com a possibilidade de que todos, independentemente de sexo, idade ou classe social, possam ser vítimas de práticas classificadas como violentas, presentes em diversificadas situações sociais. O senso comum é perspicaz e irônico, quando propala este lado "democrático" da violência (BARREIRA, 2013, p. 224).

João Eduardo de Carvalho (2008), no campo da Psicologia, realizou uma análise da obra de Veena Das, antropóloga indiana responsável por estudos sobre violência e exclusão social e sua repercussão no corpo de mulheres e crianças. Em sua obra, Das também cita o termo "violência difusa", e "sofrimento social", cujas raízes estariam relacionadas aos "processos sócio-políticos nos quais podem ser encontradas a violência e a opressão", manifestadas tanto em países pobres quanto ricos (p. 11).

Para Das, a violência pode ainda definir formas de vida e de comportamentos ao longo desses processos sócio-políticos, limitando as vivências do ser humano na sociedade. "A violência parece definir os contornos dentro dos quais ocorre a experiência de uma forma de vida enquanto forma de vida humana" (DAS, 1999, p. 36).

Para Nilo Odália (2012), toda violência é social. Ainda assim, a autora opta por reservar esse conceito a violências específicas, que atingem certos segmentos da população ou que alcançam uma ampla parcela da mesma. Ou seja, o conceito de violência difusa abrange todas as manifestações decorrentes da violência: "A noção de coerção, ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou etnia" (TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 22).

A violência difusa está fortemente enraizada na sociedade atual, graças ao aumento da criminalidade no Brasil, principalmente no meio urbano, onde "se misturam riqueza, desigualdade, progresso tecnológico, analfabetismo, desemprego, ressentimento, tensão social e conflitos de toda ordem" (VELHO, 2004, p. 2). A atualidade está marcada pela violência e pelo medo, que é manifestado nas pessoas por diversas formas; influenciando na vida e no cotidiano de cada um e sendo ampliado a nível coletivo.

Para Paixão (2008), não é somente no Brasil que encontramos um cenário marcado pela violência. Mundialmente, povos convivem com guerras, conflitos

políticos, étnicos e religiosos, fome e outras questões. Mas a particularidade brasileira seria a violência ocorrer "sem guerra civil declarada, e com liberdades e direitos teoricamente garantidos. A violência atingiu uma situação deplorável, principalmente nas metrópoles onde as manifestações da criminalidade estão por todos os lados" (PAIXÃO, 2008, p. 4).

Veena Das, além de trabalhar com os termos Violência difusa e sofrimento social, utiliza também "Violência descida ao cotidiano" em seu livro *Life and words: violence and the descent into the ordinary* (2007). O livro trata do mundo pessoal de vítimas de violência e é uma junção de ensaios que refletem a preocupação da autora com a vida cotidiana. Nele, Das discorre sobre "a forma como a vida cotidiana absorve o coletivo traumático violência que cria fronteiras entre nações e entre etnias e grupos religiosos" (p. 16). Com o termo, Veena Das nos faz refletir sobre as diversas formas de violências e violações presentes na sociedade e no cotidiano; violências essas que muitas vezes não são questionadas ou sequer discutidas seja pela cultura, política ou pela religião.

Outro ponto interessante da obra de Veena Das quando trata da violência descida ao cotidiano, é o reflexo da violência no corpo humano e no contexto de vida, pensamento que vai ao encontro do pensamento de Barreira citada neste tópico.

Não é apenas a violência vivida no corpo de alguém nesses casos, mas também a sensação de que o próprio acesso ao contexto está perdido, o que constitui um senso de ser violada. A fragilidade do social se envolve em uma temporalidade de antecipação, uma vez que deixa de confiar nesse contexto que está em vigor. O efeito produzido no registro do virtual e do potencial, do medo que é real, mas não necessariamente atualizado em eventos, vem constituir o eco do medo na vida cotidiana (DAS, 2007, p. 9).

Esse fenômeno presente diariamente na vida de alguns grupos sociais é fruto de determinados fatores e acaba por refletir seus resultados nesses mesmos fatores, como a educação, saúde, segurança, qualidade de vida e etc. Sobre esses tipos de violência que vão além do campo físico, Das (1999) escreve: "O que é significativo é que são parte da fala através da qual, mesmo diante da violação, pede-se o reconhecimento da própria cultura e, ao mesmo tempo, reconhece-se essa cultura". Questão essa que trataremos a seguir.

Pesquisas apontam que a violência, a criminalidade e a crueldade estão crescendo nas cidades brasileiras. Um desses estudos é o Atlas da Violência, que transforma em números os homicídios no Brasil através da análise de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde até o ano de 2015, e do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. A última publicação do documento, lançada em junho de 2017, analisou os homicídios ocorridos entre 2005 e 2015, e apontou que ocorreram 59.080 homicídios no Brasil durante o período, uma taxa de 28,9 a cada 100 mil habitantes. Entre 2005 e 2007, a média anual do crime era de 50 mil, já a partir de 2012 até 2015, os índices indicavam uma faixa de 60 mil homicídios ao ano.

Já o 11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016, analisou dados dos anos de 2015 e 2016. Segundo a publicação, foram 58.870 e 61.619 mortes violentas intencionais no Brasil, em 2015 e 2016, respectivamente. A taxa ficou em 28,8 em 2015, e 29,9 homicídios a cada 100 mil habitantes. O anuário também apontou que nos dois anos analisados, foram 4.720 latrocínios; 1.677 casos de lesão corporal seguida de morte; 939 homicídios múltiplos (com três ou mais vítimas); 157.870 registros de pessoas desaparecidas; 13.336 estupros e tentativas de estupro; 1.066.674 roubos e furtos a veículos; 43.073 roubos a instituição financeira e roubos de carga; 1.573.50 roubos; 109.587 casos de tráfico e posse/uso de entorpecentes e porte ilegal de arma de fogo; 4.849.657 crimes violentos letais internacionais; 693 caracterizados como "outros crimes letais"; e 19.693 caracterizados como "outros crimes letais".

A visibilidade que os crimes ganham diariamente nos meios de comunicação, que elevam ainda mais o medo e a sensação de insegurança (BARREIRA, 2013), também contribuem para o fortalecimento do medo social e da violência difusa. Este ponto, trataremos de forma mais aprofundada no fim deste capítulo.

Esse aumento nos índices criminais reflete no corpo e no comportamento do ser humano, que ao se deparar com a sensação de perigo ou a possibilidade de ser vítima da violência, tenta fugir dessas situações e se proteger. Esses fatores levam o indivíduo a classificar pessoas e lugares através de graus de perigo.

Os espaços sociais passam a ser decodificados: seguro - inseguro, tranquilo - perigoso. Nesta perspectiva, o medo é um sinal de alerta que previne as

peessoas acerca de perigos, mas é também um elemento propulsor de ansiedades e ações irracionais (BARREIRA, 2013, p. 233).

O medo é produzido socialmente, tanto de forma individual quanto coletiva, trata-se de uma "Cultura do Medo" (BAIERL, 2004), "entendida como a expressão das necessidades historicamente condicionadas de um grupo social e de seus indivíduos e como referência à totalidade das práticas sociais coletivas e suas representações simbólicas" (VAZ DE MELO, p. 5). Nas duas situações, essas reações são compartilhadas com outros indivíduos, pertencentes ao mesmo espaço ou grupo social, como descreveu João Eduardo de Carvalho (2008), afirmando que a violência e a exclusão são consequências do sofrimento social e que seus efeitos só podem ser compreendidos após um processo de imersão no imaginário social.

Essa experiência partilhada de medo, exclusão e violência está presente principalmente na periferia e nas favelas brasileiras. Como já foi dito, o meio urbano é um terreno fértil para o medo social, mas nas favelas esse fenômeno é muito mais intenso, pois desde sempre estão marcados de forma negativa por fatores, como explicou Leonardo Sá e César Barreira, ao falarem das relações sociais nas favelas, bairros e comunidades.

Pois, nas favelas, os jovens de periferia estão situados em formações socioespaciais densamente povoadas, marcadas pela segregação socioespacial, pelos altos índices de violência letal e outras modalidades de interação violenta, além do baixo investimento das ações públicas, com exceção dos espetáculos e rituais de poder das forças policiais financiadas pelo medo e pela decisão governamental de investir numa ordem policiaesca com amplo apoio das camadas socialmente hegemônicas (SÁ; BARREIRA, p. 9)

Ou seja, além dos crimes, os moradores das áreas periféricas convivem todos os dias com a violência cometida pelo poder público, que de uma forma ou de outra, contribuem para o alto índice de criminalidade nesses locais e de pessoas envolvidas nesses delitos. A maioria da população residente nas periferias e favelas é pobre, negra e não possuem acesso a serviços básicos e essenciais ao desenvolvimento e sobrevivência do ser humano.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 24,8 milhões de brasileiros estavam na miséria em 2016, vivendo (ou sobrevivendo) com uma

renda mensal de 1/4 do salário mínimo, o que corresponde a R\$ 220. Os dados da Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), divulgados em dezembro de 2017, apontam que em relação ao ano de 2014, o aumento dessa faixa da população foi de 53%. No Brasil, a pobreza é utilizada para a criação de estigmas e preconceitos.

A incidência de crimes e de criminosos nesses lugares, assim como as desigualdades, e falta de oportunidades, pode ser justificada por essa falta de políticas públicas para esses lugares, pelo abandono do poder e das representações públicas, que deixam o local e seus residentes "à própria sorte".

Assim, as maiores vítimas desse processo são os moradores de favelas e periferias, pois com a ausência do poder público e de seus serviços, os criminosos acabam tomando conta desses lugares e se sentindo donos de tudo e chefes de todos que estão nele. Paixão (2008) fala que o poder público e o judiciário regridem cada vez mais nesse combate, e que a polícia é insuficiente para combater tamanha criminalidade, sendo um dos motivos é que parte dela está envolvida em esquemas de corrupção; e isso influencia automaticamente nos índices de violência e falta de segurança no país (p. 4).

Pelas questões citadas acima e por outros fatores culturais e comportamentais, os moradores das regiões mais distantes dos centros das cidades, residentes de favelas e periferias são marginalizados por outros grupos sociais e por vezes, por indivíduos pertencentes à mesma classe. Rótulos sociais, preconceitos e discriminação estão presentes na vida dessas pessoas. Esses fenômenos também são violência, mas quase nunca são identificados e enxergados como tal, por diversos fatores.

3.4 Violência Simbólica

Pierre Bourdieu (apud TAVARES DOS SANTOS, 2015), sociólogo e um dos mais renomados pensadores dos últimos tempos, denominou a violência simbólica ou o que também chamou de *dominação simbólica*, como "formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais" (p. 184).

Outros autores afirmaram que a violência simbólica não se distingue das outras formas de violência e não pode ser compreendida de forma independente,

pois "ela é violência física mascarada e, por conseguinte, invisível e esquecida" (SALVINI; SOUZA; MARCHI JUNIOR, 2012, p. 404).

Segundo Bourdieu, esse tipo de violência decorre do poder simbólico, quando as formas de poder e dominação são naturalizadas. Analisando o autor, Recuero e Soares (2012) afirmam que Bourdieu "caracteriza também a violência simbólica como uma violência silenciosa, porque suas vítimas não se reconhecem como vítimas, já que falham em identificar a própria violência como tal" (p. 241).

Para Wilza Pereira (2000), a violência simbólica é a porta de entrada para outros tipos de violência, pois é algo que se tornou invisível e natural, por conta de fatores sociais como a falha na noção de direitos, que impede a identificação de violências e transgressões, por parte de quem as recebe e de quem as pratica e as reproduz. A violência simbólica, por ser silenciosa, cria discretamente estereótipos e estigmas sociais, uma espécie de imagem negativa construída ou estabelecida socialmente. Além disso, a violência simbólica pode levar à construção do poder simbólico, fruto da dominação simbólica.

O estigma, assim, é uma marca que é construída como «negativa» pelo grupo e que caracteriza a identidade do Outro e da qual este não consegue libertar-se. É uma marca percebida também em relação àqueles que não a possuem, que não são estigmatizados. É como se a sociedade ficasse cega para os outros atributos que determinada pessoa tem, vendo apenas seu traço estigmatizado. Caracteriza, assim, categorias de indivíduos e as especificidades esperadas dessas categorias, através de seus estereótipos negativos (RECUERO, R; SOARES, P., 2012, p. 241).

Erving Goffman (1963) fala de três tipos de estigmas. Segundo ele, há as "abominações do corpo", marcadas por deficiências ou deformidades físicas; "culpas de caráter individual", identificadas no alcoolismo, desemprego, prisão, tentativas de suicídio e etc.; e "estigmas tribais de raça, nação e religião", os quais seriam transmitidos igualmente através de laços familiares. Nos três tipos de estigma, o autor pontua as mesmas características sociológicas:

[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles

que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus (GOFFMAN, 1963, p. 7).

Segundo Goffman, o indivíduo estigmatizado é tido como alguém que não é completamente humano, e, portanto não merece o mesmo tratamento e direitos. O autor apresenta o estigma como "uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social". Esse processo resulta nos vários tipos de discriminação e preconceitos, algo que sempre esteve presente na sociedade: utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original" (GOFFMAN, 1963, p. 8).

A violência simbólica também pode ser identificada no que Pierre Bourdieu (1989) chamou de *Poder Simbólico*. Para ele, o fenômeno "é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (p. 7). Em sua obra, Bourdieu fala do poder simbólico e de seus sistemas, tal como a arte, a língua e a religião como estruturas estruturantes, servindo de conhecimento e de construção para o mundo objetivo, e se estruturam através do conhecimento e da comunicação e de seus meios, cujas produções podem se transformar em ferramentas de dominação, influenciando na divisão do trabalho por classes sociais e por ideologias, e na função da dominação (p. 8-16).

Segundo Bourdieu, o poder simbólico faz parte da construção da realidade, "que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)" (p. 9). Com esse poder de invisibilidade, temos a sensação de que a violência e o poder simbólico são inerentes ao mundo, que sempre estiveram presentes em nossa realidade, algo que é aceito pela humanidade. Seria o que Durkheim, citado por Bourdieu, chamou de "conformismo lógico" (1989, p. 9).

Bourdieu também traz uma reflexão sobre as classes dominantes e o uso das produções simbólicas, que se comunicam entre si e se articulam na busca pelo seu fortalecimento e duração no mundo. Esse conceito permanece atual em todas as áreas, principalmente na mídia brasileira, que é dominada por grupos políticos e

empresariais e utilizam os meios de comunicação para disseminar suas ideologias e alcançar seus objetivos. "As ideologias, por oposição ao mito, produto colectivo e colectivamente apropriado, servem interesses universais, comuns ao conjunto do grupo" (BOURDIEU, 1989, p. 8-16).

Sendo assim, por ser "invisível", a violência e o poder simbólico são perpetuados em nossa sociedade a cada dia. Podemos dizer então, que esses dois podem ser identificados nas diversas relações profissionais e pessoais, em todas as fases da vida.

3.5. As formas de violência na mídia brasileira

A mídia, e principalmente o jornalismo, existe e vive em função de pautar os acontecimentos diários e os assuntos de interesse público. Entre os fatos relatados diariamente no país, estão os que envolvem a violência - sendo o jornalismo policial um exemplo claro dessa "demanda". Ao pautar esse tema, a mídia também acaba por ser violenta, seja nos seus conteúdos, ou no modo como são divulgados, E entender esse processo é de fundamental importância para este trabalho.

Para Muniz Sodré (1993), a mídia não só propaga e participa da violência como também contribui para a construção da mesma dentro da sociedade, priorizando tratar os crimes ocorridos nas classes mais baixas e assim reforçando estereótipos, e não dando tanta ênfase nos crimes conhecidos como sendo de "colarinho branco". Esse comportamento dos meios de comunicação influencia fortemente no medo social, aumentando e tornando desproporcional, o medo de se tornar vítima de crimes violentos.

Tavares dos Santos e Teixeira e Russo (2011) falam de uma inter-relação entre mal-estar, violência simbólica e sentimento de insegurança. Nesse sentido, haveria uma representação social da violência produzida pelos meios de comunicação, que dramatizam a situação e a espetacularizam. Segundo os autores, isso por si já seria um efeito da violência por parte do jornalismo, principalmente no meio televisivo, onde a busca pelo sensacional e o espetacular é maior.

Maria Grossi Porto (2002) também comunga da mesma ideia, de que a mídia, através de suas ferramentas, atua como "um canal de estruturação de sociabilidades violentas, já que aí a violência é, não raro, apresentada como um comportamento valorizado" (p. 160). Segundo Paixão, "esse debate em relação à mídia, em especial

a televisão, justifica-se, dada a importância deste veículo como instrumento de conscientização e educação da sociedade" (2008, p. 7). Sendo assim, se faz necessário discutir e regulamentar o tratamento midiático dado a temas como a violência e a segurança pública.

Apesar de ser identificada nos meios de comunicação de massa em geral, o jornalismo policial é mais evidenciado nesse aspecto, formato em que essa pesquisa está debruçada. Para Davi Romão (2013), o jornalismo policial se mantém pautando os frutos da violência na sociedade, ao mesmo tempo em que a coloca como uma espécie de solução. "A proposta do Jornalismo Policial em relação ao problema da violência é mais violência" (p. 17). Romão (2013) observa que os produtos do formato também são espaços usados como "depósito" de sentimentos, tais como a raiva que é alimentada nos próprios programas.

Para Angrimani Sobrinho (1995), apesar de a carga recair de forma mais intensa sobre o jornalismo policial e sensacionalista, todos os demais gêneros informativos praticam a violência, de forma mais velada. "Qualquer dedução que dê a entender que o jornal sensacionalista é violento, enquanto os demais informativos são não violentos, é incorreta" (p. 57). No campo jornalístico, o que não é considerado sensacionalista, trata a violência de forma menos "escancarada", sendo revelada de forma sutil e parecendo não intencional. "Essa violência pode ser detectada na crítica ferina. No editorial agressivo, no artigo emocional, na foto marcante, na reportagem denunciadora" (SOBRINHO, 1995, p. 57).

Eugênio Bucci (2000) fala que ao nos depararmos com cenas de violência na TV, o medo da morte é atizado de forma individual e coletiva. E, esse medo de morrer acaba por se transformar na vontade de matar e de fazer justiça com as próprias mãos, não contra todos os criminosos que passam pelo monitor, mas pelas pessoas já marginalizadas diariamente na sociedade e que agora participam do mundo do crime: o preto, pobre e morador da periferia.

Aqui, a massificação da morte não veio apenas atizar o sadismo covarde da turba que urra em torno da arena de gladiadores-escravos, mas veio para reforçar o nosso medo de morrer pelas mãos dos excluídos. O que é uma outra conversa. Não é um medo difuso, atemporal, mas um medo historicamente posto: temos medo de ser mortos pelos párias que matamos diariamente. Que matamos de desemprego, de fome, de vergonha. O nosso

medo de morrer se converte assim num desejo de matar – não genérico, mas específico (BUCCI, 2000, p. 70).

Por tamanha importância na vida e na construção da consciência, opinião pública e noções de cidadania, é que Paixão (2008) sugere a reflexão do que se pauta e do que é propagado na mídia, fator que deve estar acima da busca da audiência e do lucro. Esse comportamento midiático é preocupante, pois "vem tomando proporções alarmantes, gerando uma banalização do conteúdo que por ora deveria ser no mínimo discutido e levado a níveis capazes de gerar conhecimento e soluções" (PAIXÃO, 2008, p. 8).

Apesar de todos os problemas e da incidência de desvios na prática, alguns profissionais da área possuem uma visão otimista em relação à cobertura midiática da violência, pois já há uma melhor consciência conscientização dos veículos de comunicação, tanto de seus proprietários, quanto de profissionais que o compõe. Ainda assim, ainda há muito o que se discutir e avançar em busca do respeito e cumprimento aos direitos humanos por parte da mídia, assim como o entendimento de seu papel por parte da sociedade.

4. BALANÇO GERAL E PAUTA LIVRE: PROPAGADORES DA VIOLÊNCIA, SENSACIONALISMO E DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

Este capítulo é destinado à análise de produções telejornalísticas, para se chegar ao objetivo principal desta pesquisa: identificar como os programas de jornalismo policial do Amapá se relacionam com o sensacionalismo e com os Direitos Humanos.

A análise será realizada de forma temática, abordando matérias voltadas para a violência e para interesses populares. Os componentes dos programas serão divididos e analisados separadamente, onde suas características serão destacadas.

Nesta última parte da pesquisa, relacionaremos os conteúdos do jornalismo policial com o que foi construído nos capítulos anteriores, a fim de ter um melhor aproveitamento e concisão do trabalho.

4.1. Metodologia

Decidimos ainda optar por uma análise temática, que seguindo a linha de pesquisa dos capítulos anteriores, será "Violência" e "Interesses Populares". Assim, iremos descrever as características dos programas como um todo, mas a pesquisa se debruçará sobre matérias que tratam esses dois temas no estado.

Para a análise, faremos a abordagem qualitativa, que segundo Córdova e Silveira (2009), preocupa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (p. 32). Ao mesmo tempo em que faremos uso bem pontual da abordagem quantitativa, caracterizada pela objetividade e precisão, além do uso de métodos e linguagem matemática para explicar alguns fenômenos (FONSECA, 2012). Acreditamos que combinar as abordagens qualitativa e quantitativa, permite a realização de uma pesquisa com maior qualidade, e chegar a resultados que talvez não fossem possíveis se tivéssemos os utilizado separadamente.

Também usaremos o método de análise de conteúdo, descrita por Laurence Bardin (2011) como um método que pode analisar tanto os significados quanto os significantes. A autora compara as fases da análise de conteúdo com um inquérito sociológico ou a experimentação, e as organiza em três etapas: pré-análise; exploração de material; e tratamento dos resultados, com a inferência e a

interpretação (p. 126).

Segundo Cláudia Saar (2016), a análise de conteúdo "possibilita perceber e catalogar a manifestação do fenômeno a ser estudado" e "busca evidenciar o contexto a partir da relação entre os dados" (p. 134). A descrição da autora se encaixa dentro dos objetivos desta pesquisa, que é de relacionar teoria, prática e fenômeno, a fim de obter resultados, interpretações e reflexões.

Mas antecedendo todos esses métodos, teremos o estudo comparativo, já que estamos trabalhando com dois programas, de diferentes emissoras e que possuem suas especificidades, apesar de trabalharem dentro do jornalismo policial. Assim, colocamos lado a lado os componentes das produções, visando identificar como os mesmos fatos são tratados pelas diferentes produções, e como as mesmas trabalham frente às temáticas.

Ao explicar fenômenos, fatos, objetos e etc., o método comparativo permite a análise de dados concretos e, então, a dedução dos elementos constantes, abstratos e gerais. É um método que propicia investigações de caráter indireto (FACHIN, 2005, p. 40).

A partir disso, colocaremos em prática a pesquisa descritiva, que “pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35), além da pesquisa bibliográfica, pois descreveremos e faremos a interpretação dos dados, sob as teorias e obras dos capítulos anteriores.

Todos esses métodos estarão sendo utilizados ora em conjunto, ora separadamente, sempre obtendo base para as teorias já mostradas nesta pesquisa.

4.2. Os objetos de Estudo

Considerando a proposta desta pesquisa, foram separadas e analisadas as edições dos dias 22, 23 e 24 de janeiro de 2018 dos programas Balanço Geral Amapá e Pauta Livre. Como dito anteriormente, a escolha dos programas se deu pela popularização que ambos apresentam na sociedade amapaense.

Todas as tabelas, categorias foram elaboradas pela própria pesquisadora, considerando os objetivos desta pesquisa e os temas percorridos nos capítulos anteriores. Os dados que compõem cada tabela foram coletados a partir da observação e análise das produções escolhidas.

4.2.1 Balanço Geral

O programa Balanço Geral é exibido de segunda a sábado pela TV Equinócio, canal 10, afiliada da Record TV no Amapá, entre 12h às 14h15. Dos programas locais, é um dos mais conhecidos pelos amapaenses.

O programa é uma criação nacional da Record TV, e, portanto, segue um mesmo padrão nos diversos estados em que se faz presente. Na apresentação, está o jornalista Luis Eduardo, tendo como assistente uma figura conhecida como "Caroço", que faz constantes participações no programa.

O cenário do estúdio é composto apenas por um púlpito e televisores fixados às paredes com imagens de Macapá. O espaço permite a movimentação do apresentador - característica sempre presente em programas de jornalismo policial - o tornando mais dinâmico.

O programa veicula matérias sobre o cotidiano amapaense, voltado principalmente aos acontecimentos que envolvem violência, onde o apresentador se sustenta para fazer seus comentários. A maior parte das notícias veiculadas ocorreram na capital Macapá. Matérias sobre outros municípios são mais raras.

Além disso, as edições são recheadas de propagandas. Também há muita descontração, mesmo tratando de questões sérias. Constantemente, o apresentador traz para o programa informações de suas relações pessoais, estimula brincadeiras envolvendo até danças ou assuntos da intimidade dele e de terceiros.

Já as matérias não seguem a mesma linha de atuação do apresentador, mas assim como todo o programa, são redundantes, fazendo várias repetições de uma mesma informação ou imagem.

Esse exagero e a enorme diferença com o telejornalismo mais tradicional é reconhecida com orgulho pelo apresentador:

Esse programa aqui é essa bagunça que o amapaense gosta. E é aquela coisa, quanto mais fora do padrão, mais legal fica. Por

isso que isso aqui se chama Balanço Geral, é essa bagaça aqui que não se chama no telejornal. Isso aqui é Balanço Geral, meu parceiro. - Luis Eduardo em 23/01/18 no Balanço Geral.

Todos os recursos citados são bastante explorados, trazendo inclusive o espectador à exaustão, como se o programa estivesse querendo deixar bem claro sua posição quanto aos assuntos que veicula.

4.2.2 Pauta Livre

O programa Pauta Livre é transmitido pela TV Tarumã, Canal 16, afiliada da Rede Brasil, no horário de 11h às 12h30min, de segunda a sexta. O Pauta Livre é um dos mais recentes programas do formato criado no estado, mas apesar de ser uma criação local, ele segue e se inspira em jornais padrão de jornalismo policial.

Como apresentador está Pedro "Filé", que não é jornalista por formação. Antes do Pauta Livre, ele apresentava um programa de entretenimento na mesma emissora.

Desde a abertura, o programa já remete ao jornalismo policial, fazendo alusão a uma viatura e suas sirenes, com tons de vermelho e azul nas imagens e sinais sonoros. O cenário segue a mesma linha, com paredes com o logotipo e as cores do programa.

O apresentador fica em pé em uma bancada e se movimenta pelo espaço ao noticiar um fato ou mesmo fazer um comentário ou brincadeira. Pedro Filé também mostra aos telespectadores seu lado pessoal, dando um tom mais íntimo ao programa.

As matérias tratam exclusivamente casos "policiais" e também veicula propagandas. Todo o programa é conduzido por um tom de moralidade, assim como é repetitivo em questão de imagem e informações.

Toda a produção parece ser realizada de forma improvisada, resultando em uma programação mais grosseira.

4.3. Os programas

Os programas de jornalismo policial escolhidos para essa análise não se diferem muito em suas características, talvez por pertencerem ao mesmo formato ou

mesmo por querer atingir o mesmo objetivo. Durante a análise, percebemos que o Balanço Geral e o Pauta Livre tratam a notícia do mesmo jeito, um de forma mais velada, outro de forma mais explícita, um tem o programa parcialmente dedicado às matérias de polícia, o outro de forma integral, entre outras questões. Portanto, conseguimos identificar as mesmas características nas duas produções, só que manifestadas de diferentes formas.

O Balanço Geral está um “meio termo”, entre o jornalismo policial e o telejornalismo padrão ou “sistema perito”, como define Anthony Giddens (1991) como “um sistema de excelência técnica cuja efetividade repousa na confiança depositada por seus consumidores” (apud MIGUEL, 1999, p. 198) e. Isso porque a estrutura e a forma de produção não remetem totalmente ao formato sensacionalista, mas o conteúdo sim. Apesar das matérias sobre violência ocuparem apenas uma parte do programa, o formato sensacionalista continua com outras editorias.

Nos primeiros 60 minutos, os assuntos são voltados, em sua maioria, à área policial. Informações sobre outras editorias como saúde, educação, esporte e outras temáticas são deixadas para o segundo momento.

O tempo de cada matéria e da publicidade também é mais próximo ao padrão, deixando os exageros para a figura do apresentador. Este por sua vez, usa grande parte do tempo da programação para tecer comentários em cima dos fatos e claro, conduz toda a produção.

Já o Pauta Livre é totalmente assumido como sendo jornalismo policial. Talvez pela falta de estrutura ou a pequena quantidade de reportagens, as produções ficam mais grosseiras e o sensacionalismo tem sinais extremamente explícitos, não deixando dúvidas quanto ao formato.

Assim como no primeiro objeto de estudo, o apresentador tem sempre muito tempo para emitir suas opiniões e chamar a atenção para o que deseja. Percebemos que as matérias que não tratam violência vão ao ar na “escassez” de acontecimentos violentos no estado; e ainda assim, o programa permanece realizando seu espetáculo.

Vejamos o quadro:

| ESTRUTURA | | |
|--|--|--|
| Categorias | Balço Geral | Pauta Livre |
| Estilo do programa | Sensacionalista, com maior tom de formalidade | Sensacionalista |
| Tempo total do programa | 2h15 | 1h30 |
| Assuntos tratados nos programas | Violência, crimes, acidentes, agenda de órgãos públicos, moradia, saneamento básico, religião, política, economia e esporte. | Violência, crimes, acidentes, agenda de órgãos públicos, educação, trânsito |
| Tempo dedicado às matérias sobre violência | Em média, 1 hora | Em média, 48 minutos |
| Tempo das matérias | Em média, de 2 a 3 minutos | Em média, de 4 a 7 minutos |
| Tempo dos comentários | Varia entre 3 e 20 minutos | Varia entre 2 e 30 minutos |
| Tempo de publicidade | Em média, 2 minutos | Em média, 1 minuto e 6 segundos |
| Tipo de imagens | Filmagens atuais feitas pela própria produção para cada assunto | Filmagens atuais feitas pela própria produção para cada assunto e de contribuição de terceiros |
| Tipos de sons | Músicas de suspense; <i>jingles</i> e músicas de artistas (no momento das propagandas) | Músicas de suspense |

Tabela 1: A estrutura dos programas

Fonte: Criação da pesquisadora

4.4. O Apresentador: A construção de credibilidade e autoridade

A figura do apresentador é sempre o eixo de qualquer programa, seja na televisão, no rádio ou na internet. É ele também que serve como porta de entrada para entendermos o estilo e intenções de uma determinada produção e até da emissora que o abriga.

Nos programas analisados, podemos entender exatamente isso ao analisarmos à luz das teorias já utilizadas. Percebemos ainda que na essência, os apresentadores em programas e emissoras diferentes, agem da mesma forma.

| POSTURA | | | | | | |
|-------------------------------|--|--|--|--|--|--|
| Categories | Balanço Geral Edição: 22.01.18 | Balanço Geral Edição: 23.01.18 | Balanço Geral Edição: 24.01.18 | Pauta Livre Edição: 22.01.18 | Pauta Livre Edição: 23.01.18 | Pauta Livre Edição: 24.01.18 |
| Modo de se vestir | Formal: de terno e gravata durante todo o programa | Formal: de terno e gravata durante todo o programa | Formal: de terno e gravata durante todo o programa | Formal: de terno e gravata durante 30 minutos e com camisa social e gravata durante o restante de programa | Formal: de terno e gravata durante todo o programa | Formal: de terno e gravata durante todo o programa |
| Postura | Responsável, ética, autoritária | Responsável, ética, autoritária | Responsável, ética, autoritária | Responsável, ética, autoritária | Responsável, ética, autoritária | Responsável, ética, autoritária |
| Modo de falar | Coloquial com o uso de gírias locais | Coloquial com o uso de gírias locais | Coloquial com o uso de gírias locais | Coloquial com o uso de gírias locais | Coloquial com o uso de gírias locais | Coloquial com o uso de gírias locais |
| Tempo dos comentários | Varia entre 3 e 20 minutos | Varia entre 3 e 20 minutos | Em média, 3 minutos | Varia entre 2 e 30 minutos | Varia entre 2 e 30 minutos | Varia entre 2 e 30 minutos |
| Entonação de voz | Grave; suave; irônica | Grave; suave; irônica | Grave; suave; irônica | Grave; suave; irônica | Grave; suave; irônica | Grave; suave; irônica |
| Tipo de discurso | Moralista, autoritário, julgador e repetitivo | Moralista, autoritário, julgador e repetitivo | Moralista, autoritário, julgador e repetitivo | Moralista, autoritário, julgador e repetitivo | Moralista, autoritário, julgador e repetitivo | Moralista, autoritário, julgador e repetitivo |
| Linguagem jornalística | Parcial | Parcial | Parcial | Parcial | Parcial | Parcial |
| Palavras mais usadas | Morte, informação, vida, tiros, | Violência, sangue, terror, | Lula, ex-presidente, julgado, | Mortes, preso, homicídios, | Chacina, bandidos, assassinos, | Poder público, informação, |

| | | | | | | |
|----------------------------------|--|--|--|--|--|--|
| | policial, polícia, ronda, abordagem, drogas, tráfico | vítima, ato infracional, menor, adolescent e, tiros, vítima, população | condenado, Sérgio Moro | fatalidade, assassinato, vítima, adolescent e, drogas, tráfico, crime, polícia | mortes, zona norte, Polícia Militar, segurança, pistoleiro | saúde, morrendo, acidente, vida, trânsito |
| Palavras que estigmatizam | Bandidagem, bandido, cavalo, ladrão, aberração, “pequena do mal” | Tonto, molecada, “anjinhos”, “vida louca”, “filhinho da mamãe”, ladrão, “coisa ruim”, malaco | Não foi identificado | Bandido, bando, capturados, gordinho, “soneca” | Bandidos, assassinos | Não foi identificado |
| Relação com o público | Mostra-se próxima, através de seus próprios recursos | Mostra-se próxima, através de seus próprios recursos | Mostra-se próxima, através de seus próprios recursos | Mostra-se próxima, através de seus próprios recursos | Mostra-se próxima, através de seus próprios recursos | Mostra-se próxima, através de seus próprios recursos |
| Comportamento | Ora seriedade, ora irreverência | Ora seriedade, ora irreverência | Ora seriedade, ora irreverência | Ora seriedade, ora irreverência | Ora seriedade, ora irreverência | Ora seriedade, ora irreverência |

Tabela 2: Postura dos apresentadores

Fonte: Criação da pesquisadora

A tabela 2 nos mostra que o apresentador constrói e impõe autoridade através de seu visual, sempre com terno e gravata, cabelos penteados, além da linguagem corporal sempre modificada nos momentos dos seus discursos, que por sua vez são mais uma estratégia de construção da credibilidade e autoridade. Antes e depois de cada matéria ou conteúdo do programa, ambos apresentadores tecem

comentários de acordo com a opinião popular ou de parte dela.

Podemos notar ainda que boa parte do programa é ocupada por esses comentários, em média eles duram cerca de 15 minutos nos dois programas e sempre repetem informações e são elaborados sem fundamento ou são de cunho pessoal. Além disso, mesmo não estando no lugar de profissional e autoridade de determinados assuntos, causas e efeitos, ações e reações, e problemas e soluções são apontados de forma simples, direta e sem contextualização.

Os discursos são elaborados em cima de situações que causam reações na população, tais como violência, corrupção e problemas de infraestrutura, conforme descreveu Hamilton (2008). Ao falar desses assuntos, os apresentadores fazem uso de emoções, se mostram tristes, raivosos, revoltados, e etc., além de exemplificar situações para causar comoção nos telespectadores. A voz também é uma ferramenta modificada de acordo com a situação, ora fica mais suave, ora é impostada. Ao fazer isso, os âncoras criam uma ligação e empatia com quem está assistindo e concorda com o que é falado no programa, inclusive com palavras pejorativas, pois cria-se a sensação de representatividade.

Esse comportamento midiático foi destacado por Kellner (2001), ao discorrer sobre a forma de produção da cultura em massa, assim como Romão (2013), o qual afirmou que essa produção é guiada pela lógica de mercado; assim, as produções são moldadas para gerar lucro, independentemente de normas sociais, morais e da legislação. Dessa forma, a notícia, a informação e o jornalismo passaram a ser mercantilizados, resultando no que conhecemos hoje como Cultura do Sensacionalismo, conforme mencionado no segundo capítulo deste trabalho.

Ao comentar sobre as falhas no fornecimento de água no município de Santana, Luis Eduardo fala:

Não importa se tá vindo com sedimentos, se 'tá' captando areia do fundo, tem que resolver porque a conta de água chega.... Onde estão as autoridades? Quem cuida disso? É prefeitura, é Caesa, é quem? É Deus, é Jesus Cristo? Alguém tem que se manifestar... Imagina nossos filhos bebendo essa água. - Luis Eduardo em 23/01/18 no Balanço Geral.

As mudanças na voz, assim como expressões faciais e gestos, estão classificadas no que Rezende (2013) chamou de "aplicação eficiente dos recursos não-verbais" (p. 40), frase baseada nos autores Baggaley e Duck (1979).

Percebemos ainda que ambos os programas têm palavras que se repetem muitas vezes em todas as edições, tais como morte, morreu, bandido, bandidagem, tiros, polícia.

Somado a isso, em alguns momentos, os comunicadores se colocam em situações como exemplo de honestidade ou confiança, reforçando ainda mais a sensação de credibilidade para falar de todo e qualquer assunto com credibilidade.

Outra estratégia para criar proximidade com o público é o modo de falar, com linguagem coloquial. Luis Eduardo é o que mais mantém a linguagem jornalística, enquanto que Pedro "Filé" parece não se preocupar com isso. Apesar da diferença, os dois fazem uso de gírias e expressões populares, tanto ao noticiar um fato quando ao tecer comentários.

Além disso, mesmo sendo programas noticiosos e não caracterizados como humorístico, piadas e brincadeiras são elaboradas com as notícias e seus componentes ou a equipe do próprio programa, resultando na exposição desnecessária das pessoas.

Com essas estratégias, a figura do apresentador trabalha tanto para ser visto como confiável, honesto e admirável quanto uma pessoa divertida e próxima de quem está assistindo. Essa tentativa de construção de credibilidade e autoridade se encaixam na ideia de "superego" e "personificação de id", de Angrimani Sobrinho (1995), baseada nos conceitos de Freud e Fenichel, citada no primeiro capítulo deste trabalho.

4.5. O repórter e as matérias

Em relação à figura do repórter e as matérias, o programa Balanço Geral e Pauta Livre se diferem um pouco. Enquanto que o primeiro em sua maioria se assemelha ao telejornalismo tradicional, o segundo é mais intenso no formato sensacionalista.

| ESTRUTURA | | | | | | |
|-------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Categorias | Balanço Geral | Balanço Geral | Balanço Geral | Pauta Livre Edição: | Pauta Livre Edição: | Pauta Livre Edição: |
| | Edição: | Edição: | Edição: | 22.01.18 | 23.01.18 | 24.01.18 |

| | 22.01.18 | 23.01.18 | 24.01.18 | | | |
|-------------------------------------|--|---|--|--|--|--|
| Condução das matérias | Cronológica, detalhada, sensacionalista | Cronológica, detalhada, sensacionalista | Cronológica, detalhada, sensacionalista | Cronológica, detalhada, sensacionalista | Cronológica, detalhada, sensacionalista | Cronológica, detalhada, sensacionalista |
| Passagem do repórter | Não houve em todas as matérias | Não houve em nenhuma matéria | Não houve em nenhuma matéria | Não houve em nenhuma matéria | Houve | Houve |
| Tempo das matérias | Em média, 3 minutos | Em média, 3 minutos | Em média, 3 minutos | Em média 4 minutos | Em média 7 minutos | Em média 5 minutos |
| Linguagem jornalística | Total | Total | Total | Parcial | Parcial | Parcial |
| Tipo de perguntas | Incisiva, repetitiva, induz o entrevistado | Incisiva, repetitiva, induz o entrevistado | Incisiva, repetitiva, induz o entrevistado | Incisiva, repetitiva, induz o entrevistado | Incisiva, repetitiva, induz o entrevistado | Incisiva, repetitiva, induz o entrevistado |
| Palavras mais usadas | Morte, tiros, polícia, ronda, abordagem, drogas, tráfico | Violência, sangue, vítima, menor, adolescente, tiros, população | Lula, ex-presidente, julgado, condenado, Sérgio Moro | Mortes, preso, homicídios, assassinato, vítima, adolescente, drogas, tráfico, crime, polícia | Mortes, zona norte, Polícia Militar, segurança | Saúde, morrendo, acidente, vida, trânsito |
| Palavras que estigmatizam | Não houve | Bando | Não houve | Bando, meliante, bandido | Bandidos | Não houve |
| Número de fontes por matéria | Em média 3 | Em média 3 | Em média 2 | Em média, 1 | Em média 3 | Em média 2 |

Tabela 3: A estrutura das matérias

Fonte: Criação da pesquisadora

As matérias do Balanço Geral seguem o estilo dos repórteres, que nem sempre aparecem no vídeo, o que no mundo da comunicação conhecemos como "passagem". Por sua vez, o Pauta Livre também apresenta as mesmas características, mas com um tom mais amador e sensacionalista. Em ambos as produções, é possível identificar elementos do formato sensacionalismo.

A média de tempo apresentada nas matérias do Balanço Geral foram de três minutos, média da maioria dos telejornais brasileiros. Já o Pauta Livre, apresenta uma média de 5 minutos.

Em ambos os programas, todas as matérias começam com imagens aleatórias dos fatos e com uma música instigante, dando um ar de suspense, mesmo sendo algo corriqueiro do cotidiano. Após isso, as informações e as entrevistas são repassadas de forma tradicional, assim como as imagens.

Algumas entrevistas, por sua vez, não são editadas e tanto as perguntas dos repórteres quanto a resposta das fontes são veiculadas na íntegra. Esse fato nos faz atentar para o tipo de perguntas realizadas nesses programas, de forma tendenciosa e induzindo a fonte a uma resposta que "se encaixe" no perfil do que está sendo produzido.

Através do quadro comparativo, percebemos que a média de fontes em cada matéria é de duas pessoas, variando os tipos de fontes. Nas edições analisadas, houve produções com apenas fontes personagens, outros com apenas fontes especiais e outros ainda com os dois tipos.

As palavras mais usadas pelos repórteres foram também as mais repetidas pelos apresentadores em cada edição. Entre elas estão: morte, inquérito, famílias, abordagem, drogas, tráfico, ronda, menos de idade, prisões, vítima, bandidos, meliantes, criminalidade.

4.5.1. Uso de sons e imagens

As produções audiovisuais, entre elas a televisão, são compostas por dois elementos, como o próprio nome diz. O som e a imagem estão sempre "casando" entre si para que haja uma coerência na ideia que se quer passar, ou pelo menos deveria ser assim.

No quadro a seguir, descrevemos quais e como as imagens são transmitidas

nesses programas:

| CARACTERÍSTICAS | | | | | | |
|------------------------|---|---|--|--|--|--|
| Categorias | Balço Geral Edição: 22.01.18 | Balço Geral Edição: 23.01.18 | Balço Geral Edição: 24.01.18 | Pauta Livre Edição: 22.01.18 | Pauta Livre Edição: 23.01.18 | Pauta Livre Edição: 24.01.18 |
| O que mostra | Dinheiro, local de crimes, drogas, rondas, armas, entrevistas, imagens relacionadas ao tema | Prisões, locais de crimes, corpos mortos, entrevistas, imagens relacionadas ao tema | Cenas de julgamento, do Lula, Sérgio Moro, entrevistas, imagens relacionadas ao tema | Dinheiro, Local de crimes, drogas, prisões, pessoas mortas | Dinheiro, Local de crimes, drogas, prisões, pessoas mortas, escolas | Brigas, movimentação do trânsito, reuniões de autoridades, eventos |
| Tipo de imagem | Filmagens atuais produzidas pelo programa | Filmagens atuais produzidas pelo programa | Filmagens produzidas pelo programa e pela emissora a nível nacional, incluindo imagens de arquivos | Fotos e filmagens produzidas pelo programa e fornecida por terceiros | Fotos e filmagens produzidas pelo programa e fornecida por terceiros | Fotos e filmagens produzidas pelo programa e fornecida por terceiros |
| Edição | Matérias editadas | Matérias editadas | Matérias editadas | Matérias editadas superficialmente | Matérias editadas superficialmente | Matérias editadas superficialmente |
| Tempo de takes | Em média, 3 a 25 segundos | Em média, 3 a 30 segundos | Em média, 4 a 15 segundos | Em média, 11 a 1 minuto | Em média, 15 segundos | Em média, 20 segundos |

Tabela 4: Características do som e imagem dos programas**Fonte:** Criação da pesquisadora

Nos programas analisados, percebemos que tanto o som e a imagem são manipulados, se repetindo exaustivamente em todas as edições. Percebemos que as imagens consideradas cruciais e/ou mais chocantes das matérias são repetidas em quatro momentos dos programas: na chamada dos destaques de cada edição; na chamada de cada matéria, onde comentários e especulações são tecidas; na matéria em si; e depois das matérias, quando normalmente o apresentador quer chamar a atenção para algum fato ou quer novamente fazer discursos em cima do ocorrido.

As imagens apresentadas no programa Balanço Geral são produzidas pela própria equipe de TV ou reexibidas do arquivo da emissora, enquanto que o programa Pauta Livre usa constantemente imagens enviadas pelo público ou adquiridas pela produção através das redes sociais, prática cada vez mais recorrente frente ao ganho de espaço dessas novas mídias. Essa prática é descrita por Pimo e Träsel (2006) como jornalismo colaborativo ou participativo.

Ainda em relação às imagens, percebemos que a produção da TV Equinócio tem um cuidado a mais com esse elemento, tratando as imagens, embaçando e dificultando a visibilidade daquelas mais chocantes e que por lei são proibidas de mostrar, como pessoas mortas e feridas. Na contramão está o programa da TV Tarumã, que sem nenhum filtro, mostra todo e qualquer tipo de imagem.

Na edição do dia 22 de janeiro de 2018, o Pauta Livre exhibe imagens de jovens mortos em um suposto confronto com a polícia na semana anterior, no município de Santana. As imagens são repetidas diversas vezes, e um dos jovens, por estar em situação mais chocante, mesmo morto, é exposto por 28 segundos sem interrupção, sem tarja ou embaçamento sequer do rosto da vítima.

Em outro caso, um vídeo de um rapaz ensanguentado é veiculado. Ele foi ferido por populares após ser flagrado em situação de delito.

Já em relação ao som, percebemos que a todo o momento músicas de suspense e polêmica dão um tom mais dramático aos programas, sendo selecionadas de acordo com tipo de matéria e discurso dos apresentadores. Percebemos o quão importante é esse elemento para o jornalismo policial quando

Luis Eduardo interrompe sua fala e faz o seguinte pedido a alguém da produção: "Me dá uma trilha de polêmica, por favor, Eliabe", diz na edição do dia 22 de janeiro de 2018.

4.5.2. Os personagens

No jornalismo, atribuímos o título de fonte personagem ou testemunhal “é aquela mais próxima ao fato, maior a credibilidade” (ROSSI, 2013, p. 32), pessoas que não possuem autoridade técnica para falar de determinado assunto e nem está envolvida diretamente nos fatos, mas que está ligada ao assunto indiretamente e tem uma opinião ou informação adicional para repassar.

No jornalismo em geral, esse componente das matérias está ficando cada vez mais escasso. Cada vez mais as narrativas jornalísticas se baseiam somente em fontes oficiais e oficiosas, deixando de recorrer a fontes especialistas e personagens, elementos importantes para a construção da notícia. No jornalismo policial, esse quadro é ainda mais grave.

No programa Pauta Livre, quase todas as matérias são produzidas com informações da Polícia Militar do Amapá (PM/AP) ou ainda de redes sociais, como o Facebook e o Whatsapp, repassadas por populares. Destes, somente os policiais gravam depoimentos e atribuem a informação à devida fonte.

Das edições analisadas do Pauta Livre, apenas em três matérias foram identificadas fontes personagens, sendo que uma tratava de infrações de trânsito, outra de um curso de capacitação para militares e outra sobre falta de iluminação pública em um bairro de Macapá. Percebemos que a participação de personagens nesse mesmo programa fica limitada às ligações atendidas ao vivo, onde a pessoa realiza uma reclamação, o apresentador faz seus comentários e pede providência de forma informal aos órgãos públicos encarregados da situação.

Outros três personagens aparecem no programa, na edição do dia 24/01/18, mas desta vez em estúdio e tendo sua vida exposta. As três pessoas perderam suas casas em um incêndio ocorrido no bairro Perpétuo Socorro, em 2013. Até o momento, as famílias ainda não foram contempladas com moradias em conjuntos habitacionais do poder público e auxílios como o aluguel social estão com pagamentos atrasados.

No programa, a situação das pessoas é repetida diversas vezes durante 13

minutos, sendo que as falas foram interrompidas apenas pelos comentários de Pedro "Filé".

Também podemos notar uma situação de humilhação, quando um vídeo de uma briga entre duas mulheres, causada por falta de vagas em um posto de saúde da capital, é exibido. As imagens são repetidas diversas vezes, sendo possível identificar as participantes e algumas pessoas que assistem a cena.

Já no programa Balanço Geral, a presença de personagens nas matérias é mais constante, exceto nas que tratam de crimes violentos e casos policiais. No primeiro caso, os entrevistados estão sempre emitindo opiniões que concordam com a narrativa da matéria. Já na segunda situação, nenhuma outra fonte é procurada além dos militares e não há investigação ou aprofundamento das informações.

Conforme mencionado em capítulos anteriores, diversas “ferramentas” são utilizadas para fortalecer as narrativas dos programas, sendo os personagens uma delas. Além de concordar e dar maior credibilidade à narrativa das matérias, notamos que eles são utilizados para causar a sensação de identificação nos telespectadores. Essa socialização entre telespectador e as figuras as quais se identifica, pode ser facilmente relacionada à cultura da mídia. Segundo Kellner (2001), as produções midiáticas são utilizadas como arma na disputa de grupos sociais e ideologias políticas divergentes.

Roso e Strey (2002) também descrevem esse campo de disputa como um espaço para disseminar símbolos. Na mídia, essa transmissão é realizada através da interação entre meios de comunicação e público, que podem ser realizadas de cinco formas, segundo Thompson (apud ROSO; STREY, 2002). São elas: intencionais, convencionais, estruturais, referencial e contextual. O autor apenas lamenta que essas formas sejam criadas para estabelecer relações de poder.

4.5.2.1 A polícia e os acusados

Um fato curioso identificado nos dois programas é o enaltecimento dos policiais e de seus trabalhos, enquanto que pessoas presas ou acusadas de crimes são julgadas a todo o momento.

TRATAMENT

O

| Categorias | Balço Geral Edição: 22.01.18 | Balço Geral Edição: 23.01.18 | Balço Geral Edição: 24.01.18 | Pauta Livre Edição: 22.01.18 | Pauta Livre Edição: 23.01.18 | Pauta Livre Edição: 24.01.18 |
|--|---|---|---|---|---|---|
| Como mostram (PM) | Figura de herói | Figura de herói | De forma neutra | Figura de herói | Figura de herói | De forma neutra |
| Como mostram (Acusados) | Como pessoas responsáveis pelo caos social | Como pessoas responsáveis pelo caos social | Como pessoas responsáveis pelo caos social | Como pessoas responsáveis pelo caos social | Como pessoas responsáveis pelo caos social | Como pessoas responsáveis pelo caos social |
| Palavras que atribuem à figura (PM) | Guerreiros, gloriosos | Guerreiros | De forma neutra | De forma neutra | De forma neutra | De forma neutra |
| Palavras que atribuem à figura (Acusados) | "Pequena do mal" | Bando | Ladrão | Bandido, bando, meliante | Bandidos assassinos | De forma neutra |

Tabela 5: Tratamento da mídia para polícia e acusados

Fonte: Criação da pesquisadora

A tabela comparativa nos aponta que nem sempre a polícia e seu trabalho são enaltecidos com palavras, mas em todas as edições, foi verificado que os militares são sempre parabenizados, tratados de forma mais íntima.

O fato de pessoas cometerem crimes e os policiais efetuarem prisões e apreensões é apresentado ao público como uma briga entre o "bem e o "mal".

A bandidagem acha que pode brincar de pira. Na verdade, eles tentam. Vou ser sincero, eles tentam dar uma de doido, mas no fim a gente sabe que o mal é sempre derrotado. O bem sempre vence e a nossa polícia militar, os nossos guerreiros da PM trabalham 24h por dia para garantir a nossa segurança. - Luis Eduardo – 23/01/18

Em contrapartida, em todo tempo que se é falado dos acusados, é em forma de depreciação. Quando não aparecem mortos, aparecem presos, na

delegacia ou sob o poder da polícia. Suas expressões, suas tatuagens, suas vidas passam a ser julgadas em um programa de televisão com base em apenas um fato e especulações que sucederam ao acontecimento.

No programa Pauta Livre, após veicular uma matéria sobre a prisão de um homem por direção perigosa, Pedro "Filé" fica depreciando a imagem do acusado, que no momento da filmagem está na delegacia e nem sequer é consultado acerca das imagens ou de sua defesa.

Esse cara, ele estava em direção perigosa. Olha só! Ele estava com sono (na imagem, o homem aprece bocejando), morrendo de sono o gordinho. Coitado! Descansou bem na cela do Ciosp do Pacoval [...] - Pedro "Filé" - 22/01/18

Outro ponto que nos chamou bastante a atenção foi o julgamento em cima de crimes envolvendo menores de 18 anos. Em todas as matérias desse tipo, fortes discursos são elaborados e ilustrados pelos apresentadores, pondo em descrédito ainda a lei que protege esses menores.

Eles foram acusados de cometer... na nossa linguagem, assaltou, foram assaltar o posto, mas juridicamente, eles cometeram ato infracional. Os anjinhos não sabiam o que tavam fazendo, foram pro posto achando que estavam brincando de ladrão. Coitadinho. Você não tá com peninha não? Outra coisa, não é o nosso cinegrafista que é vesgo nem que tá com os olhos trocados. A imagem está borrada por que, por que, porque? Isso mesmo, é menor de idade. - Luis Eduardo - 23/01/18 no Balanço Geral.

O Pauta Livre noticiou o mesmo caso, no dia anterior, e também se comportou de forma semelhante ao concorrente.

Só que nós temos uma legislação fraca, que acaba não colocando esse menor na cadeia. A punição não é forte o suficiente pra fazer ele refletir sobre o crime. Tanto que ele vai,

comete o crime, volta pra rua e continua cometendo. Ele não pensa em mudar em ressocializar ele não pensa em construir uma nova vertente - Pedro "Filé" - 22/01/18 no Pauta Livre.

Atualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) defende que menores de 18 anos quando realizam atos análogos à crimes, estão cometendo atos infracionais e que a punição deve ser em forma de medidas socioeducativas, que podem abranger restrição de liberdade entre 45 dias e 3 anos, não podendo extrapolar esse período. Da mesma forma, a legislação não permite que eles sejam identificados ou expostos em situações que comprometam sua dignidade.

Ao fazer esse tipo de discurso, os apresentadores colocam os menores infratores como responsáveis por todo o caos social e a criminalidade do dia a dia, e colocam a legislação como culpada pela participação dos mesmos nesses crimes, reforçando ainda mais uma corrente de pensamento que defende a redução da maioria penal. As relações familiares também são julgadas como incorretas e responsáveis pela conduta dos adolescentes.

Dessa forma, os adolescentes menores infratores são colocados como um só, uma massa com as mesmas características, mas assim como argumentou Homi Bhabha (1998) e como descrevemos no capítulo sobre cultura, a identidade e a cultura não são e não podem ser definidos apenas pelas origens de cada sujeito. É necessário atentarmos para os processos e acontecimentos ao longo da vida de cada ser. Isso poderia ser alcançado se houvesse uma contextualização dos assuntos e problemas sociais pautados nos programas de jornalismo policial, que nos ajudariam a entender quem são esses sujeitos e o que os fez chegar até ali. Mas infelizmente, esse aprofundamento em questões sociais nunca foram o interesse dos veículos de comunicação, pois não é algo rentável e por isso, não é importante para se pautar, segundo a ótica da Indústria Cultural.

4.6. A violência

Os programas sensacionalistas se apoiam na violência para existir e sobreviver no mercado. Por mais que não a tratem em 100% do tempo nas edições, é dela que eles se alimentam e ganham audiência e mantém os programas no ar. Cada programa extrai o quanto pode da violência ocorrida no estado do Amapá e

em troca também praticam violência, mas de outra forma.

| VIOLÊNCIA | | | | | | |
|---|---------------------------------------|--|---------------------------------------|---|-------------------------------------|-------------------------------------|
| Categorias | Balanço Geral Edição: 22.01.18 | Balanço Geral Edição: 23.01.18 | Balanço Geral Edição: 24.01.18 | Pauta Livre Edição: 22.01.18 | Pauta Livre Edição: 23.01.18 | Pauta Livre Edição: 24.01.18 |
| Tempo que ocupa do programa | 1 hora | 1 hora | Cerca de 11 minutos | Tempo integral do programa | 29 minutos | 14 minutos |
| Como é mostrada ao público | De forma generalizada | De forma generalizada | De forma generalizada | De forma generalizada | De forma generalizada | De forma generalizada |
| Incitação da violência | Não foi identificado | Não foi identificado | Não foi identificado | Não foi identificado | Não foi identificado | Não foi identificado |
| Solução apontada pelos apresentadores e matérias | Não foi identificada | Educação, mais punição, redução da maioria penal | Não foi identificada | Mais punição e redução da maioria penal | Não foi identificada | Não foi identificada |

Tabela 6: A violência nos programas

Fonte: Criação da pesquisadora

O quadro comparativo nos mostra que esse tema ocupa entre 15% a 70% do tempo dos dois programas. Mas ao assistirmos as edições, podemos perceber que esse tempo não é dedicado somente aos casos de crimes diários - isso na verdade ocupa uma pequena parte que poderia reduzir e muito esse percentual se não houvesse a participação dos apresentadores antes e depois de cada matéria.

Podemos destacar ainda que os crimes violentos são mais frequentes nos fins e inícios de semana, e que na falta dessas pautas, o programa é preenchido com interesses populares, os quais também são veiculados de forma sensacionalista. Ainda assim, nesses diferentes assuntos, soluções simples e rápidas são apontadas, com base em percepções individuais (dos apresentadores) e sem que um especialista no assunto seja ouvido.

Quase que como uma regra, os apresentadores dos programas se debruçam

sobre os casos e os mostram de todos seus elementos, mas de forma rasa, sem contextualização, somente mais do mesmo. Ao dedicar tanto tempo a essa temática, os programas criam uma sensação de violência generalizada e conseqüentemente criando medo na população, o que é caracterizada por Odália (2012) e Barreira (2015) como Violência Difusa.

Esse tipo de violência acarreta em outro fenômeno, descrito por Veena Das como "Violência descida ao cotidiano" e por Barreira (2013) como "medo social". Pessoas passam a se sentir inseguras a todo tempo e isso afeta direta e indiretamente suas vidas e comportamentos. Não é à toa que ao longo do tempo, a população passou a construir muros altos e grades em volta de suas casas, passou a evitar estar na rua depois de determinados horários, entre outras mudanças. Tais mudanças começam em cada pessoa de forma interna, pois somente a possibilidade de ser uma vítima da violência, já mexe com o lado emocional das pessoas; e podemos perceber isso nas falas dos entrevistados nos programas analisados. O medo e a insegurança estão sempre presentes, fazendo com que as pessoas criem formas de defesas contra o que é considerado perigo. Como a mídia sempre culpabiliza criminosos pretos, pobres e da periferia, toda a sociedade passa a enxergá-los também como vilões, como descreveu Eugênio Bucci (2000): "o nosso medo de morrer se converte assim num desejo de matar" (p. 70). Assim, Todo esse processo culmina em ideologias extremistas, que trazem consigo pautas como posse de armas para civis, redução da maioria penal, penalidades mais severas e até pena de morte. Além disso, o descrédito na legislação pautado diariamente na mídia, incentiva as pessoas a fazerem uso da violência contra a criminalidade, resultando em diversos casos de espancamentos, linchamentos e apoio social a execuções tanto por parte de outros criminosos quanto pela polícia; esta última vangloriada quando a faz.

Como em um tipo de cadeia produtiva da violência, os programas de jornalismo policial ainda praticam a violência simbólica e tanto as pessoas apresentadas como "vilões" na cobertura dos fatos quanto as "pessoas de bem" são vítimas sem nem mesmo se dar conta disso. O fato da população não ter noção dos seus próprios direitos e das definições de violência, são utilizados em favor do formato sensacionalista.

| | | | | | | |
|--|---|---|---------------------------------|--|--|--|
| so fundament al do jornalista é com a verdade no relato dos fatos, razão pela qual ele deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação | repassada s por fontes oficiais | repassada s por fontes oficiais | repassada s por fontes oficiais | repassada s por fontes oficiais e por terceiros, além da citação de uso de redes sociais para checagem | repassada s por fontes oficiais e por terceiros, além da citação de uso de redes sociais para checagem | repassada s por fontes oficiais e por terceiros, além da citação de uso de redes sociais para checagem |
| Respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão | Pessoas em situações vulneráveis como a prisão | Pessoas em situações vulneráveis como a prisão | Não foi identificado | Veiculação de imagens de pessoas mortas e em situações vulneráveis como a prisão | Veiculação de imagens de pessoas mortas e em situações vulneráveis como a prisão | Veiculação de imagens de pessoas mortas e em situações vulneráveis como a prisão |
| Defender os direitos do cidadão, contribuindo para a | Direitos e leis de proteção postas em descrédito e como | Direitos e leis de proteção postas em descrédito e como | Não foi identificado | Direitos e leis de proteção postas em descrédito e como | Direitos e leis de proteção postas em descrédito e como | Direitos e leis de proteção postas em descrédito e como |

| | | | | | | |
|--|--|--|------------------------------|--|--|--|
| <p>promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias</p> | <p>desnecessárias, principalm ente as que são voltadas aos adolescent es</p> | <p>desnecessárias, principalm ente as que são voltadas aos adolescent es</p> | | <p>desnecessárias, principalm ente as que são voltadas aos adolescent es</p> | <p>desnecessárias, principalm ente as que são voltadas aos adolescent es</p> | <p>desnecessárias, principalm ente as que são voltadas aos adolescent es</p> |
| <p>Combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômico s, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição</p> | <p>Não foi identificad o</p> | <p>Não foi identificad o</p> | <p>Não foi identificad o</p> | <p>Não foi identificad o</p> | <p>Ironia à descrença dos ateus</p> | <p>Não foi identificad o</p> |

| | | | | | | |
|--|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|
| mencionadas nas informações que divulgar” | não são tratados com respeito | não são tratados com respeito | não são tratados com respeito | não são tratados com respeito | não são tratados com respeito | não são tratados com respeito |
|--|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|

Tabela 8: Violações do Código de Ética dos Jornalistas

Fonte: Criação da pesquisadora

Assim, a atuação dos programas de jornalismo policial torna-se preocupante, pois ao que tudo indica, não há responsabilidade, compromisso, respeito e valorização da atividade jornalística, da informação ou do próprio ser humano. Tanto as leis como essas normas são postas em descrédito.

Discorremos aqui sobre jornalismo, mídia, cultura e violência e nos deparamos com um quadro preocupante. Os jornalistas e profissionais da comunicação se afastam cada vez mais da origem de sua profissão, de seus princípios e suas verdadeiras funções, fazendo uso do sensacionalismo, violando os Direitos Humanos e códigos deontológicos. Além disso, a violência exacerbada de todas as formas em programas de jornalismo policial, o reforço de estigmas sociais e a falta de profissionalismo, caracterizam o auge de uma fase crítica do jornalismo brasileiro. Todos esses fatores nos mostram que se não houver uma real mudança, o jornalismo pode contribuir para a piora dos quadros de violência, exclusão, preconceitos, ausência de direitos e etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma análise dos programas Pauta Livre e Balanço Geral, com o intuito de identificar como as produções lidam com a violência, o sensacionalismo e com os Direitos Humanos. Além disso, permitiu a identificação de preconceitos, reforço de estereótipos e estigmas na sociedade brasileira, que se repetem em cenário local.

Ao longo desta pesquisa, conceituamos e fizemos um apanhado histórico sobre a atividade jornalística e o surgimento do jornalismo policial, assim como o exercício de seus profissionais que tem resultado na violação de direitos universais e o não cumprimento de deveres da profissão. Caracterizamos também mídia e cultura, como elementos que se relacionam entre si, sendo que a mídia vem criando, moldando e ditando a cultura ao longo do tempo, através da Indústria Cultural que atingiu um dos setores mais tradicionais como o jornalismo. Discorreremos ainda sobre a cultura do sensacionalismo e de como ela se consolidou no meio de maior influência no Brasil: a televisão. Na terceira parte deste trabalho falamos ainda sobre a violência, um dos pontos-chave para se entender o jornalismo policial, e pontuamos alguns tipos de violência realizados por esse formato ou que resultam do mesmo.

Todas essas teorias serviram para subsidiar o quarto e último capítulo, onde analisamos nossos objetos de estudo e obtivemos os resultados antes propostos. Ao fazer o estudo comparativo e a análise de conteúdo, verificou-se que ambos os programas são sensacionalistas e exploram os fatos ocorridos no estado, principalmente os que tratam a violência, em espetáculo. Os registros ilustrados nas oito tabelas mostram que há muitas semelhanças entre o modo que os dois programas produzem as notícias. Por isso, consideramos que os objetivos propostos foram alcançados.

O estudo mostrou que o sensacionalismo se dá por uma construção já estabelecida no formato de jornalismo policial. Como já dito, a “violência” é o fator do qual os programas se alimentam e constroem seu espetáculo, com o auxílio de recursos visuais, estes por vezes chocam e expõem pessoas; recursos sonoros identificados em todas as edições analisadas e inseridos de acordo com o objetivo da produção; recursos verbais, caracterizados pelos discursos incisivos dos apresentadores, cuja mesma linha é seguida nas matérias; e recursos não-verbais,

como expressão facial, gestos e o silêncio proposital.

Por sua vez, esse sensacionalismo se caracteriza e é identificado também pela violação dos Direitos Humanos e códigos deontológicos da profissão. Constantemente, pessoas são julgadas, xingadas e tem seus direitos anulados momentaneamente por uma falsa autoridade que o jornalismo policial apresenta e que é “comprado” por seus telespectadores. A violência simbólica ajuda a manter esse esquema, pois grande parte da sociedade nem sabe realmente do que se trata essas questões.

Foi identificado ainda que esses programas reforçam estereótipos e estigmas sociais com acusados de crimes, taxados como o grande mal da sociedade, principalmente no que diz respeito aos adolescentes menores infratores, cujo reforço é ainda mais evidente e constante. Todas essas questões podem ser identificadas em cada elemento que compõe os dois programas.

A atuação dos apresentadores dos dois programas é semelhante. Ambos constroem uma falsa autoridade por estarem no papel de comunicadores e emitem opiniões sobre diversos assuntos sem conhecimento acadêmico ou profissional, baseados simplesmente em sua opinião ou no senso comum, que também é utilizado para ganhar audiência. Com voz entonada, expressões faciais e gestos, eles propagam o discurso que a maior parte da população acredita e defende, com a intenção de causar comoção em cima de um determinado fato. Soluções simples e rápidas são apontadas de forma autoritária para problemas complexos, estratégia que é sempre colocada em conjunto com a descrença nas leis brasileiras, a fim de também causar revolta contra poderes públicos e criminosos (estes apontados como problemas a serem resolvidos com punições maiores).

O espetáculo criado todos os dias pelos programas continua com as matérias, que por sua vez são conduzidas pelos repórteres. No Balanço Geral, podemos perceber que as matérias seguem um padrão, com um ar maior de neutralidade e imparcialidade, como um sensacionalismo velado. Já o Pauta Livre é totalmente o oposto. Não há padrão ou sensacionalismo velado. As matérias mostram imagens chocantes, que expõe as pessoas em todo tipo de situação, e só recebem tratamento de edição quando obrigados por lei, no caso da exibição de menores – mas se posicionando de forma clara contra essa questão.

O trabalho da polícia e os próprios militares também chamam a atenção em

ambos os programas. A maior parte das matérias é pautada em crimes e, portanto sempre tem a participação do órgão público. A presença de militares nas produções é tão constante, que algumas matérias ganham a sua narração no lugar da de um repórter. Além disso, a Polícia é sempre parabenizada, reconhecida como benfeitora e enaltecida com elogios como “guerreiros” e “heróis”. Do outro lado, estão os acusados de crimes, presos e vítimas. Estes são sempre julgados, expostos e sem direito à defesa ou fala em nenhuma proporção dentro dos programas. Apresentados sempre em situações vulneráveis, suas vidas são especuladas e inclusive suas famílias acabam sendo vítimas dos discursos desses programas. Até mesmo depois da morte, essas pessoas são utilizadas para a construção do espetáculo que é o sensacionalismo.

Todas essas características identificadas nos programas automaticamente os colocam na posição de violadores dos Direitos Humanos e dos códigos de ética da profissão jornalística, resultando num total descompromisso com essa questão. Esse modo de produzir e veicular notícias e emitir opiniões contrárias a esses direitos e normas profissionais impacta o senso comum, que “compra” o mesmo discurso, desconhecendo totalmente o significado e a importância de tais direitos para a população a nível mundial, fatores que contribuem para a propagação do ódio, intolerância e violência – cenário cada vez mais comum no país.

Pelos resultados apresentados e pelo peso que os dois programas possuem no cotidiano amapaense em todo o estado, se faz necessário o desenvolvimento de medidas que ajudem a garantir o respeito e cumprimento dos direitos de todos, assim como a atuação de profissionais da comunicação com base na ética e nos princípios do jornalismo.

Como vimos, nem o código dos jornalistas brasileiros está sendo respeitado, pois não tem peso de uma lei; assim como nos veículos de comunicação, os profissionais continuam insistindo ou tendo que insistir no desvio de conduta por seus próprios motivos. Por isso, propomos uma combinação entre legislação e educação e conscientização dos jornalistas que já estão no mercado de trabalho e principalmente dos novos profissionais que todos os anos saem das universidades e faculdades em busca de uma carreira.

Talvez essa seja a esperança: investir e insistir em novos jornalistas. Essa esperança já começou a ser alimentada em Macapá através de Jacks Andrade

de Melo, que propôs e realizou com alunos do curso de jornalismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap) e Estácio Macapá, a Educação das Relações Étnico-Raciais, como forma de desconstruir conceitos e preconceitos nos atuantes da mídia brasileira. O projeto realizado em sala de aula, resultou em uma dissertação de mestrado do próprio professor Jacks, aprovada no início deste ano. Precisamos de mais iniciativas como essa, para que possamos sonhar com novos rumos para essa profissão tão bonita que é o jornalismo.

Outra semente para o futuro do jornalismo foi lançada em junho deste ano, quando a Unifap sediou o segundo encontro do grupo de pesquisa COMERTEC – Comunicação, Mercado e Tecnologia, vinculado ao curso de jornalismo - que discutiu “os desafios da comunicação e o mercado em ano eleitoral”. Em uma das oficinas da qual esta pesquisadora pôde participar junto aos professores Jacks Andrade e Roberta Scheibe, além dos alunos de jornalismo, tratamos de como a mídia vem violentando e estigmatizando a sociedade desde que surgiu até os dias de hoje.

Esperamos que este trabalho sirva como instrumento para pesquisas posteriores e que possa contribuir para a conscientização de nossa classe, assim como para toda a sociedade, como um “despertar” para a manipulação e desrespeito que acontecem no jornalismo e que passam despercebidos justamente por não se saber que é errado. Assim como descreveu Roso e Strey (2002), as ideologias e o sistema de poder inseridos na mídia brasileira podem ser rompidos através dos estudos, das análises e dos confrontamentos vindos da classe acadêmica, e por que não da profissional também? Por isso, é preciso nos conscientizarmos que o mundo melhor que todos querem só virá com mudanças e estas precisam começar por cada um de nós. Essas mudanças já começaram a ser fomentadas, mas é preciso continuar insistindo nelas e é exatamente por isso que este trabalho foi realizado.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE JR, Jacks de Mello. **As cores da mídia : a educação das relações étnico-raciais como caminho para a promoção da igualdade racial na imprensa do Amapá**. Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Macapá, 2018.
- ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme Que Sai Sangue: um estudo do sensacionalismo na imprensa**. São Paulo: Summus, 1995.
- ANTUNES, Ana. **Sociedade da Informação**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2008.
- AQUINO, Júlio Groppa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARBEX JR, José. **Shownarlismo: a notícia como espetáculo**. 3.ed. São Paulo: Casa Amarela, 2001.
- BAHIA, Juarez Benedito. **História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo**, volume 2 - 5.ed. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BAHIERL, Luzia de Fátima. **Medo Social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- BARREIRA, César. **Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade**. Revista Brasileira de Sociologia. Vol. 1. Nº 01. Jan/julho/2013.
- _____. **Crueldade: a face inesperada da violência difusa**. Revista Sociedade e Estado. Vol. 30. Nº 1. Jan/abr/2015.
- BHABHA, Homi K., 1949. **O local da Cultura**. Tradução Myriam Ávila; Eliana Lourenço Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. 1989.
- Brasil. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2015 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. Brasília: Secom, 2014.
- BUCCI, Eugênio; KEHL, MARIA Rita. **Videologias: ensaios sobre televisão**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- CADENA, Nelson Váron. **O pai do "Quarto Poder"**. Portal da Imprensa. Disponível em: <<http://portaldaimprensa.com.br/noticias/opiniaio/358/o+pai+do+quarto+poder>>. Acesso em 21 jan.2018.

CARVALHO, João Eduardo Coin de. **Violência e sofrimento social: a resistência feminina na obra de Veena Das**. Revista Saúde Social. São Paulo, Vol.17. Nº.3, 2008.

CASTELLS, Manuel. (2002). **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CLEMENTE, Tatiany Araújo. **A função do lead no jornalismo impresso atual**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2005.

CERQUEIRA, Daniel, et al. **Atlas da Violência 2017** (online). Rio de Janeiro, 2017.

DAS, Veena. **Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) - Vol. 14 Nº. 40. Jun. 1999.

_____. **Life and Words: violence and the descent into the ordinar**. Califórnia: University of California Press, 2007.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. E-book digitalizado por Coletivo Periferia e eBooks Brasil, 2003. Disponível em: <www.marxists.org/portuguesesdebord/1967/11/sociedade.pdf>. Acesso em 12 nov.2017.

Dicionário Online de Português. **Violência**. Disponível em <dicionarioaurelio.com/violencia>. Acesso em 12 de novembro de 2017.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

Enciclopédia INTERCOM de comunicação. – São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. Ed. 5. São Paulo: Saraiva, 2005.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Fenaj: Vitória, 2007

FERREIRA, Sérgio Rodrigo da Silva. **A Formação Ética dos Jornalistas: Relato de Experiência Docente**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.

FERREIRA JÚNIOR, Sérgio do Espírito Santo. Resenha: **Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo/** MATHEUS, Letícia Cantarela. Rio de Janeiro: Mauad, 2011. Paraíba: Temática, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia de Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017**. Coord. Renato Sérgio de Lima, Samora Bueno. Ano. 11.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). **Carta das Nações Unidas**. Biblioteca Unicef Brasil. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10134.htm>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo : UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteiorizada**. Tradução de Mathias Lambert. Sabotagem (online): 2004.

GOMES, Mayara Rodrigues. **Ética e Jornalismo**. 2.ed. São Paulo: Escrituras, 2004.

GUTMANN, Juliana Freire. SANTOS, Thiago E. F. dos GOMES, Itania Maria Mota;; Eles estão à solta, mas nós estamos correndo atrás. **Jornalismo e entretenimento no Custe o que Custar**. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação E - Compós , Brasília, v. 11, n. 2 maio/ago 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaid La Guardia Resende et all Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HAMILTON, Fernando Arteché. **Estratégias de Enunciação do Gênero Policialesco no Telejornalismo Regional**. Guarapuara: Intercom, 2008.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. **A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas**. Pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 364p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica. Nº 36. Rio de Janeiro: 2016.

Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico / Cláudio Coelho, Dimas A. Künsch, José Eugenio de O. Menezes (Organizadores). - São Paulo: Plêiade, 2015. 266p.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia - estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

LAGE, Nilson. **A Reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed.", 2001.

LEAL, Plínio Marcos Volponi. **Um olhar histórico na formação e sedimentação da TV no Brasil**. VII Encontro Nacional de História da Mídia - mídia alternativa e alternativas midiáticas. Fortaleza, 2009.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos: um método classificatório**. São Paulo: Intercom, 2016.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo; Summus Editorial, 2003.

MENDES, Gardene Leão de Castro; SANTOS, Flávia Martins dos. **As configurações subjetivas na produção midiática sobre juventude e Violência**. Foz do Iguaçu: Intercom, 2014.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MÍDIA & Direitos Humanos/ coordenado por Veet Vivarta. Pesquisa Guilherme Canela. Brasília : ANDI; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; UNESCO, 2006. 372 pág.

MINTZ, Sidney W. **Culture: An Anthropological View**. The Yale Review, XVII (4), 1982, p. 499-512. Tradução por James Emanuel de Albuquerque. Revisão de Leda Maia, Maria Regina Celestino de Almeida e Cecília Azevedo, 2009.

MIRANDA, Gusta Lima de. **A história da evolução da mídia no Brasil e no mundo**. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2007.

MORIN, Edgar. **Cultura de Massas no século XIX: neurose**. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha - 9.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MOTTA, Airoso da. **Direitos Humanos na Mídia Brasileira**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo, 2010. Ano 8, nº: 141.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **O que são os direitos humanos?** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>> Acesso em 10 de outubro de 2017.

ODÁLIA, Nilo. **O que é violência**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos: 85).

OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 1989.

PAIXÃO, Alberto Leal da. **A violência em cena: comunicação e insegurança pública em Salvador** - BA. Seminário Estudantil de Produção Acadêmica/UNIFACS. Vol. 11. Nº 1. 2007.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia: Métodos de investigações na imprensa**, 4.ed - Petrópolis: Vozes, 2010.

PEREIRA, Wilza Rocha. **Poder, violência e sominação simbólicos em um serviço público de saúde que atende mulheres em situação de gestação, parto e puerpério**. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 2000.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea**. Sociologias. Porto Alegre. Ano. 4. Nº. 8. Jul/dez. 2002. pág. 152- 171.

PRIMO, Alex ; TRÄSEL, Marcelo Ruschel . **Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias**. Contracampo (UFF), v. 14, p. 37-56, 2006. Disponível em <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/quao_interativo_hipertexto.pdf>. Acesso em 02 de setembro de 2018.

RECUERO, Raquel; SOARES, Pricilla. **Violência simbólica e redes sociais no facebook: o caso da fanpage “Diva Depressão”**. Galaxia (online). São Paulo. Nº. 26, p. 239-254, dez. 2013.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil**. Dissertação de Mestrado - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

RÉ, Paola de. **A influência da Indústria Cultural na produção jornalística**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2013.

REIS, Marcela Miranda Félix dos. **O espetáculo e sensacionalismo no telejornal piauiense Bom Dia Meio Norte**. Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 01, n. 03, p. 77-86, jul-dez.2012.

ROMÃO, Davi Mamblona Marques. **Jornalismo Policial: indústria cultural e violência**. Dissertação de Mestrado São Paulo, 2013.

ROSSI, Michelle. **Fontes como indicadores de qualidade no produto jornalístico: discussão em matérias sobre o conflito na Fazenda Buriti nos jornais o estado e o progresso**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-MS, Programa de PósGraduação em Comunicação, 2013.

ROSSO, Adriane et al. **Cultura e Ideologia: A mídia revelando estereótipos raciais e de gênero**. Psicologia & Sociedade; 14 (2): 74-94; jul./dez.2002.

SAAR, Cláudia Maria Arantes de Assis. **O agendamento de telejornais brasileiros em sites noticiosos de conteúdo colaborativo**. Tese de Doutorado - Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2016.

SÁ, Leonardo Damasceno de; BARREIRA, César. **Favela, comunidade ou bairro? A espacialização das relações sociais na perspectiva de jovens surfistas do Titanzinho**. Caxambu: 35º Encontro Anual da Anpocs - 2008.

SALVINI, Leila, et al. **A violência simbólica e a dominação masculina no campo esportivo: algumas notas e digressões teóricas**. Revista brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo: Vol.26. Nº.3, p.401-10, jul./set. 2012.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. -- (Coleção primeiros passos).

SPAGGIARI SOUZA, Anamaíra Pereira. **Jornalismo policial sensacionalista: entre a audiência e a função social**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Curitiba, 2009.

SODRÉ, Muniz. **Sociedade, Mídia e Violência**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. Biblioteca da educação. Estudos de linguagem. Série 5, Vol. 6. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Cultura**. In: Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2006.

SPAGGIARI SOUZA, Anamaíra Pereira. **Jornalismo policial sensacionalista: entre a audiência e a função social**. Juiz de Fora: Intercom, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria da Pesquisa da Comunicação dos Media**, 2.ed - Porto, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e dilemas do controle social nas sociedades da "modernidade tardia"**. São Paulo em perspectiva. São Paulo. Vol 18. Nº 01. Jan/Mar/2004.

_____. **A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais**. Revista Crítica de Ciências Sociais (Online). Nº 108. 2015

_____. et al. **Violência e Cidadania: práticas sociológicas e compromissos sociais**. Orgs.: José Vicente Tavares dos Santos, Alex Niche Teixeira, Maurício Russo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

TSCHEPPEN, Luciane. **Telejornalismo no Brasil: informação ou manipulação?**. Curitiba, 2005.

Universidade Federal de Santa Catarina. **Violência: definições e tipologias**. Orgs: Elza Berger Salema Coelho, Anne Carolina Luz Grüdtner Silva, Sheila Rubia Lindner. — Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é ética?**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

VARJÃO, Suzana. **Violações de direitos na mídia brasileira: Pesquisa detecta quantidade significativa de violações de direitos e infrações a leis no campo da comunicação de massa.** Brasília: ANDI, 2016. 148 pág.

VAZ DE MELO, Maria das Dôres. **Reflexões sobre a cultura do medo: um retrato do desenvolvimento da violência urbana na atualidade.** Revista Tecer. Vol. 1. Nº 1. 2008.

VELHO, Gilberto. **Violência e conflito nas grandes cidades contemporâneas.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** Tradução por Marcela Coelho de Souza e Alexandre Morales. São Paulo: Cosac Naify, 2010.